

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40

Nos dias *dois e três do mês de abril do ano de dois mil e doze*, na Sala de reuniões do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, na sede da Secretaria de Políticas para Mulheres, no Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes, Brasília/DF, foi realizada **a oitava Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – Gestão 2010-2013** para tratar da seguinte **Pauta**: **1)** Apresentação Oficial da Ministra e nova Equipe SPM ao Conselho; **2)** Aprovação das ATAS; **3)** Informes: **a)** Atividades desenvolvidas na Gestão Atual (primeiros dois meses); **b)** Comitê Cedaw – Relatório das participantes na atividade; **c)** PEC Licença-maternidade 180 dias; **d)** Acompanhamento do PAC 2 – Construção 6.000 creches Governo Dilma; **e)** Termo de Cooperação Técnica firmado entre SPM e SDH no dia 8 de março de 2012. **4)** Relação entre SPM/CNDM; **5)** CPMI Senadora Ana Rita e Deputada Jô Moraes **6)**CNDM/SPM - Ações nos estados e regiões; **7)** Rio + 20; **8)** Organograma do CNDM: a. Agenda, b. Calendário das Reuniões de 2012, c. Câmaras Técnicas; **9)** Outros informes. Estiveram presentes as seguintes **Conselheiras governamentais**: I) **Ministra Eleonora Menicucci** – Secretaria de Políticas para as Mulheres /SPM; II) **Lourdes Bandeira** – Secretária-Executiva da Secretaria de Políticas para as Mulheres/SPM; III) **Ana Paula Crosara**- Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República / SDH; IV) **Gleidy Braga Ribeiro** - Secretaria Geral; V) **Magaly de Carvalho Correa** - Casa Civil-PR;VI) **Suplente Renata Melo Barbosa do Nascimento** - Secretaria de Políticas de Promoção Racial / SEPPIR ;VII) **Thaís Borges da Silva Werneck** – Ministério da Cultura / MinC; VIII) **Andréa Butto Maria** - Ministério Desenvolvimento Agrário / MDA; IX) **Suplente Isolda Dantas de Moura** - Ministério Desenvolvimento Agrário / MDA; X) **Suplente Daiane Lopes** Ministério da / MEC ; XI) **Maria do Rosário Cardoso**– Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão/ MPLOG; XII) **Maria Esther Vilela** – Ministério da Saúde / MS; XIII) **Suplente Liliane Brum Ribeiro**– Ministério da Saúde /MS; XIV) **Suplente Fernanda Tansini** - Ministério das Relações Exteriores / MRE ;XV) **Suplente Adriana Rosa dos Santos** - Ministério do Trabalho e Emprego / MTE; **Representantes da Sociedade Civil**: XVI) **Nelita Frank**- Articulação de Mulheres Brasileiras /AMB; XVII)**Maria das Dores do Rosário** – Articulação de ONG’s de Mulheres Negras / AMNB; XVIII) **Gloria Márcia Percinoto** – Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica /ABMCJ ; XIX) Gláucia Morelli – Confederação de Mulheres do Brasil / CMB; XX) **Maria Goretti Gomes** - Liga Brasileira de Lésbicas / LBL; XXI) **Graciela Rodrigues** – Instituto Equit- Gênero, Economia e Cidadania Global; XXII) **Maria das Graças de Figueiredo Costa** – Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia/MAMA ; XXIII) **Claudia Rejane Prates** – Marcha Mundial de Mulheres /MMM-SOF; XXIV) **Justina Inês Cima** – Movimento de Mulheres Camponesas / MMC; XXV) **Vera Lúcia Ubaldino Machado** – Rede Economia e Feminismo / REF; XXVI) **Rosa de Lourdes Azevedo dos Santos** – Rede Nacional Feminista de Saúde/ RNFS; XVII) **Sueli Batista dos Santos**– Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil /BPW Brasil; XXVIII) **Rosane da Silva**- Central Única dos Trabalhadores / CUT ; XXIX) **Carmen Foro** – Confederação Nacional dos Trabalhadores na

41 Agricultura / CONTAG; XXX) *Isis Tavares Neves* – Confederação Nacional dos  
42 Trabalhadores em Educação / CNTE; XXXI) *Liliane Oliveira* - União Nacional dos  
43 Estudantes / UNE; XXXII) *Marilda Castelar* - Conselho Federal de Psicologia / CFP ;  
44 XXXIII) *Jacqueline Pitanguy* - Conselheira de Notório Conhecimento; XXXIV) *Clara*  
45 *Charf* - Conselheira Emérita. Estiveram também presentes, as integrantes da Secretaria de  
46 Políticas para Mulheres: *Aparecida Gonçalves* (Secretária de Enfrentamento à Violência);  
47 *Tatau Godinho* (Secretária de Planejamento e Gestão), *Lucia Camini* (Secretária de  
48 Articulação Institucional), *Sônia Malheiros* (Assessora Especial), *Regina Adami* (Assessora  
49 Parlamentar SPM), *Ana Paula Schwelm Gonçalves* (Ouvidora), *Rosângela Rigo* (Diretora de  
50 Programas da Secretaria de Articulação Institucional); *Glaucia Helena de Souza* –  
51 (Coordenadora Geral de Fortalecimento da Rede de Atendimento da Secretaria de  
52 Enfrentamento à Violência) e *Lucia I.Reali Lemos* (Secretária Executiva do CNDM).  
53 **Ministra Eleonora Menicucci** abre a reunião com o **primeiro ponto de pauta: 1)**  
54 *Apresentação Oficial da Ministra e nova Equipe SPM ao Conselho* - Saudando a todas  
55 conselheiras, falando do enorme prazer e orgulho em abrir a sessão do CNDM como titular da  
56 SPM, sendo um momento especial, pois estando nesse lugar contribui com o avanço das  
57 políticas para as mulheres e com o Governo da Presidenta Dilma. Presidir o Conselho pelo  
58 qual sempre teve muito respeito, tendo a certeza de que a SPM não caminha sem este  
59 Conselho e que este ocupa um lugar fundamental na construção das políticas para as  
60 mulheres. Contribuiu na construção deste conselho, do 1º, 2º, 3º... até se transformar em  
61 Secretaria e na manutenção do Conselho. Acredita na importância e no lugar que este  
62 conselho ocupa na construção das políticas, no monitoramento das políticas e das ações da  
63 SPM, e que na sua Gestão a relação será permanente com este Conselho, de diálogo, de  
64 respeito mútuo e de inclusão do Conselho nas ações da SPM, pois as políticas públicas só  
65 serão exitosas se tivermos um Conselho da Sociedade Civil que aponte diretrizes, vácuos, que  
66 discuta com a SPM. Tem a compreensão de que nenhuma política caminha se não tivermos  
67 uma sociedade civil forte, organizada e absolutamente respeitosa, e sabendo qual o lugar da  
68 Sociedade Civil e qual o lugar do Governo. E o Governo caminha de acordo com as demandas  
69 da sociedade civil, e uma sociedade civil fraca também representa um Governo também sem  
70 muitas condições de implementações de políticas. Na agenda de hoje e de amanhã - fez  
71 questão de convocar uma reunião do Conselho o mais rápido possível. Presta satisfação do 1º  
72 mês do mandato falando das duas viagens internacionais (Cedaw e CSW), 8 de março, “o  
73 *bombardeio*” da imprensa e tendência de alguns parlamentares e a montagem da equipe. “*Não*  
74 *adiantava chamar uma reunião sem antes tomar “pé de toda a situação” da SPM*”, mas tinha  
75 claro que chamaria uma reunião antes de dois meses, para fazer de verdade uma agenda e  
76 mostrar a importância que ela dá ao Conselho. Agradece a cada uma, e aos ministérios e diz  
77 que precisa de todas, que é muito bom vê-las, fala da presença da Conselheira Clara Charf e  
78 da sua importante trajetória de luta, e em nome dela homenageia todas as conselheiras do  
79 ponto de vista político e afetivo. Discorre sobre a sua trajetória de vida e de luta, com também  
80 da sua extensa vida profissional (frisando que teve sua vida pautada sempre no feminismo),  
81 sobre o convite que recebeu da Presidenta Dilma para a SPM – mais um desafio aceito que  
82 significa, que expressa o respeito, a lealdade e amizade para com a Presidenta Dilma – que  
83 não é recente, é de anos. Nunca esteve em um cargo de gestão do Governo, esteve em Gestão

84 de Universidade, mas tem muita clareza do que é ter “os dois pés na sociedade civil e os dois  
85 pés no governo”, nesse sentido tudo que puder fazer para avançar fará, mas terá coisas que  
86 não poderá avançar mais do que já está. Isto já está dito. A sociedade civil precisa se  
87 organizar para tanto. Tem responsabilidade com isso. Não será dela e nem da SPM que a  
88 Presidenta Dilma será colocada em situação de constrangimento na questão voltada para a  
89 descriminalização do aborto. Avançaremos no que puder avançar, colaboraremos, faremos,  
90 mas o diálogo tem que ser permanente, frutífero, respeitoso e avançar nas bordas, a sociedade  
91 civil tem que ser forte, tudo tem que ser forte, as mulheres de partido, as sindicalistas. Dá posse a  
92 conselheira nova Marilda Castelar do conselho federal de psicologia. **Apresenta a equipe:**  
93 **Lourdes Bandeira** – Secretária Adjunta; **Linda Goulart** – Chefe de Gabinete; **Lucia Reali** –  
94 Secretária-Executiva do CNDM (que será Coordenada pela Profª Lourdes Bandeira -  
95 Secretária Executiva da SPM); **Tatau Godinho** - Secretária de Planejamento e Ações do  
96 Trabalho; **Sonia Malheiros** – Assessora Especial; **Raimundinha** da CONTAG – Assessora  
97 Especial com foco nas Trabalhadoras Rurais; **Vera Soares** – SAIAT; **Rosângela Rigo** -  
98 Diretora SAIAT; **Cida Gonçalves** – Secretária do Enfrentamento à Violência; **Karina**  
99 **Morelli** – Diretora do Enfrentamento à Violência; **Izabel Clavelin** – Chefe da assessoria de  
100 Imprensa; **Nei Bonfim** - Coordenador da Comunicação; **Regina Adami** – Assessoria  
101 Parlamentar; **Ana Paula Gonçalves** – Ouvidoria; **Rosa Maria** – Relações Internacionais (terá  
102 mais um reforço do Ministério das Relações Exteriores); Observatório e Gestão vão para o  
103 Gabinete, tendo **Rufino** com Diretor de Gestão. Passado para o próximo **Ponto de Pauta:**  
104 **3)Informes: a) Atividades desenvolvidas na Gestão Atual (primeiros dois meses);** Ministra faz  
105 uma **prestação de contas das ações dos 2 meses de gestão, visitas aos ministérios:**  
106 **1.SEPPPIR:** Conversa e Articulação com a Ministra Luiza Bairros - Desenvolvimento interno  
107 no âmbito do Governo; Ações interna no âmbito do Governo; Ações externas de parcerias de  
108 Gênero e Raça (continuar as parcerias, reforçá-las e ampliá-las) ; **2. MINISTÉRIO DA**  
109 **SAÚDE:** Interlocução direta com Ministro Padilha - Sobre a MP557; Recolocação da  
110 perspectiva na Integralidade nas ações de Saúde da Mulher; Reforçando a presença Karina e  
111 Beth Saar (SPM) que participam diretamente de todos os Comitês que nos dizem respeito;  
112 Esteve no Conselho Nacional de Saúde – Na avaliação das políticas de enfrentamento a  
113 violência sexual, quando a ministra se manifestou - respeita a objeção de consciência dos  
114 profissionais no âmbito do serviço público de saúde, mas que o serviço é responsável por  
115 trocar o profissional que não quer fazer a interrupção naqueles casos. Comprometeu-se com o  
116 Ministro de que a SPM irá atuar em conjunto para o monitoramento desses serviços;  
117 **3.MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA:** Reativamos a parceria; Foi criado o  
118 grupo de gênero (não só voltado para os Editais); Levamos para a parceria dos Editais o MDS  
119 que aportou mais recursos para os Editais; **4.SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS** –  
120 fundamental para a SPM. No dia 8 de março – assinou na SPM com a Ministra Maria do  
121 Rosário o Termo de Cooperação técnica com ações voltadas para: - Envelhecimento, Gênero  
122 e Direitos Humanos; - Deficiências, Gênero e Direitos Humanos; - Prevenção da Violência  
123 contra Meninas, Jovens e Mulheres nos grandes eventos. (todos em andamento – equipe  
124 preparando) Criação da Coordenação da Diversidade para tratar LBT, Envelhecimento,  
125 Deficiência, Indígena, Jovens. Coordenação de Educação – Educação, Cultura e Esporte  
126 (Hildete); **PROJETO SIGA BEM MULHER** e **SIGA BEM CRIANÇA** em parceria com a

127 Petrobrás - Caravanas dos caminhoneiros (percorrem 17.000Km) Participou do lançamento da  
128 6ª Caravana – Trabalho que emociona e impressiona. São caminhoneiros que fazem  
129 sensibilização / capacitação / distribuição de materiais, apresentação de peças de teatrais e  
130 distribuição da Lei Maria da Penha. (Cita que o 180 – recebe ligações de mulheres que  
131 ficaram sabendo deste atendimento pelo SIGA BEM); **5. MINISTÉRIO**  
132 **DESENVOLVIMENTO SOCIAL** Reforçamos a parceria; Ampliamos no Programa Brasil  
133 Sem Miséria – capacitação das mulheres na perspectiva de gênero e capacitação da Rede de  
134 Assistência Social para trabalharem o enfrentamento a Violência nos CREAS e CRAS.  
135 Programa Minha Casa Minha Vida – Quando houver separação a titularidade fica no nome da  
136 mulher; **6. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE** Na preparação do RIO + 20 – Ministra  
137 assumiu a Coordenação do Comitê – Sonia é a representante da SPM junto ao MDS está  
138 organizando toda a nossa pauta; **7. MEC** agendado para o dia 10 – Ministro foi para Índia; **8.**  
139 **MRE** agendado café da manhã com Ministro Patriota; **9. MPOG** – Já estive no Planejamento  
140 – processo de mudança – lugar físico, (CCBB) - processo de empoderamento / sustentação  
141 (DAS, financeiros, etc.); **10. SECRETARIA GERAL** – Ministro Gilberto Carvalho esteve  
142 na SPM; **11. MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO** - parceria que já  
143 existe nas pessoas do Ministro e da Andreia Butto para a participação da SPM na CSW -  
144 parceria muito cara – os sujeitos são as trabalhadoras rurais. Raimundinha vem pra somar. **12.**  
145 **Sobre RESULTADO da 3ª CONFERENCIA** – Já se criou um grupo técnico que está  
146 elaborando a adequação para a produção de um documento que adéqua ao II ° PLANO as  
147 resoluções da 3ª Conferencia com previsão para publicação (30.04). **13. ALMOÇO COM A**  
148 **BANCADA FEMININA** (Parlamentares) **14. CPMI DO ENFRENTAMENTO À**  
149 **VIOLÊNCIA** (Cida Gonçalves acompanhando) **15. CURSO DE SEGURANÇA**  
150 **ALIMENTAR** com 20 países, em parceria com o MDA. **16. Editais** para financiamento já  
151 estão abertos desde 26 de março de 2012 com prazo para 30 de maio de 2012. **17. Reunião**  
152 **com algumas Articulações Feministas** (critério para iniciar o diálogo com Movimento  
153 Feminista) e com as Centrais Sindicais (CUT, CONTAG, VIA CAMPESINA). No mês de  
154 maio reativará o Fórum de Gestoras e o Fórum das Mulheres de Partidos. **18. TRABALHO**  
155 **DOMÉSTICO** – A tratativa está na fase final, (especificamente com a Secretaria Tatau e a  
156 Ministra), com SEPPIR, CASA CIVIL, FAZENDA, MINISTÉRIO DO TRABALHO e  
157 PREVIDENCIA para definir uma posição de Governo em relação ao trabalho domestico,  
158 dialogado com a FENATRAD (não oficialmente). A Deputada Benedita terá uma posição  
159 clara do Governo. Posição avançada na questão do trabalho doméstico. **19** SPM recebe o  
160 limite de recursos de 57 milhões anual, com corte semelhante para todos os Ministérios = de  
161 25 a 27% - fora as emendas. **20. Lançamento do Selo Pró-Equidade Gênero e Raça no**  
162 **Senado** – programa exitoso. **Lucia Reali**, Secretária-Executiva do CNDM apresenta as  
163 **JUSTIFICATIVAS DAS AUSÊNCIAS: Estela Maria Motta Lima Leão de Aquino** -  
164 Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva / ABRASCO; **Aparecida**  
165 **Malavazi** - Central Geral dos Trabalhadores do Brasil / CGTB; **Viviane Pereira de Oliveira** -  
166 Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar / FETRAF; **Creuzza Maria de Oliveira** -  
167 Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos / FENATRAD; **Elza Maria Campos** -  
168 União Brasileira de Mulheres / UBM; **Silvana Veríssimo** - Fórum Nacional de Mulheres  
169 Negras / FNMN; **Antonia Samir Ribeiro** - Ministério Meio Ambiente / MMA. Conselheiras

170 se apresentam para a ministra e a parabenizam. **Ministra Eleonora Menicucci** fala sobre a  
171 transição e pede que se conste em Ata (na íntegra) seu testemunho de agradecimento à  
172 Ministra Iriny e toda a sua Equipe – uma fala de respeito, reconhecimento e admiração como  
173 segue: “*Eu fui recebida pela Ministra Iriny e hoje deputada, que retornou ao seu lugar de*  
174 *deputada federal de uma forma inenarrável, de uma forma acolhedora, de uma forma*  
175 *politicamente, absolutamente solidária, sem nenhum reparo a fazer, só elogios a ela e a toda*  
176 *equipe dela, à equipe mais próxima e à equipe mais distante que aqui estava e estão. A*  
177 *ministra Iriny abriu os braços pra mim e não só os braços, abriu portas, janelas e gavetas*  
178 *dessa Secretaria, desse Ministério. Eu não tive dificuldade nenhuma nessa transição, ao*  
179 *contrário, solicitei à equipe mais próxima dela, que estava de saída, para que ficasse no*  
180 *primeiro mês, inclusive até pós 8 de março porque seria muito difícil para mim, com o*  
181 *numero de viagens internacionais, que foram duas muito pesadas e que a presidenta Dilma*  
182 *fez questão que eu fosse, a preparação do 8 de março que não estava sob a minha gestão,*  
183 *estava sob a gestão dela e eu não iria mudar. De comum acordo com ela, nós fizemos*  
184 *algumas adequações, e com a equipe, eu segui à risca tudo que havia sido programado por*  
185 *ela e pela sua equipe e solicitei que ficasse, não houve uma recusa. Então isso, conselheiras,*  
186 *é muito importante que esteja em ata e que as conselheiras saibam disso, porque isso faz*  
187 *parte da relação com a coisa pública e do compromisso com a luta das mulheres ,no caso*  
188 *aqui, se fosse outro ministério, seria com o objeto afim do outro ministério, eu quero que*  
189 *conste em ata , toda a minha fala, que é uma fala de respeito, de reconhecimento à Ministra*  
190 *Iriny e de toda a admiração que eu passei a ter por ela. Em nenhum momento, antes da*  
191 *posse, depois da posse, e até agora, ela deixou de dialogar comigo, este depoimento meu é*  
192 *um depoimento não formal, nem protocolar, é um depoimento de dentro, verdadeiro, que se a*  
193 *Ministra Iriny não se portasse desta maneira, eu não estaria aqui dando os relatórios que eu*  
194 *dei aqui, do que eu fiz, porque por mais feminista que eu seja, foi a primeira vez que eu entrei*  
195 *neste prédio, eu não conhecia esse prédio, porque a transição dos prédios avulsos pra cá,*  
196 *coincidiram com duas grandes cirurgias que eu fiz e coincidiram também, com uma mudança*  
197 *de vida que eu tive que fazer e que a Rosa acompanhou muito, que foi de ficar mais na*  
198 *universidade, então eu não conhecia aqui, mas o compromisso não passa pelo conhecimento*  
199 *físico, e este reconhecimento a Ministra Iriny, é público, foi transmitido à Presidenta Dilma,*  
200 *ela soube disto, ela viu isto, e a Ministra Iriny teve um comportamento, não só neste*  
201 *momento, mas um comportamento ético exemplar quando nós tivemos com a Presidenta*  
202 *Dilma e a Presidenta Dilma solicitou que nenhuma nós divulgássemos que seria eu até o dia*  
203 *da posse, até o dia em que o planalto anunciaria, ela não só não divulgou internamente,*  
204 *como não divulgou externamente, e nem eu tão pouco, então é muito bom vivenciar isso e*  
205 *poder compartilhar com esse conselho, então neste sentido eu quero que conste aqui em ata,*  
206 *e eu realmente por este relato que eu estou dando, eu peço que este conselho dê um voto de*  
207 *agradecimento à Ministra Iriny e que se manifeste com uma salva de palmas à ela. Quem*  
208 *entra e quem sai, quem sai leva as pessoas mais próximas, parte da sua equipe, quem entra*  
209 *trás, isso faz parte do jogo político de quem está no bom jogo político, e eu passei a ter a*  
210 *ministra Iriny no rol das pessoas com quem eu dialogo, com quem eu respeito e eu só tenho a*  
211 *desejar a ela toda sorte desse mundo e que a candidatura dela à prefeita de Vitória seja*  
212 *vitoriosa e que eu me comprometi que eu estarei presente ao lado dela na campanha em*

213 *Vitória e como ministra e como feminista, não sei o tanto que vai ajudar, mas pessoalmente*  
214 *eu quero que ela seja eleita por que fará a diferença na ocupação dos espaços políticos pelas*  
215 *mulheres brasileiras, e transmito também, estendo à toda equipe que esteve com a Ministra*  
216 *Iriny, as que ficaram e as que saíram, o meu mais sincero respeito e agradecimento pela*  
217 *forma com que me acolheram aqui, pela forma com que me ajudaram e pela forma com que*  
218 *me orientaram. Tinham programas aqui que eu precisava até decifrar a sigla, mas como eu*  
219 *sou feminista “macaca velha” decifrei em dois segundos, mas se não fosse a colaboração*  
220 *expressa de todos e todas desse Ministério, nós não estaríamos onde já chegamos com menos*  
221 *de dois meses. Então à todas vocês que ficaram e que saíram, o meu respeito, por que antes*  
222 *do agradecimento tem que vir o respeito. **Ministra Eleonora Menicucci**também faz um*  
223 *pronunciamento de agradecimento e reconhecimento a Sra. Lucia Camini, Subsecretária de*  
224 *Articulação Institucional e Ações Temáticas que está deixando o cargo e pede que se conste*  
225 *em Ata: “Então, à Lucia, especialmente, eu quero publicamente também que conste em ata,*  
226 *que ela demonstrou, eu não a conhecia, ter uma ética e uma decência, por que não basta ter*  
227 *ética, tem que ser decente naquilo que você entende como ética, na relação com a SPM, na*  
228 *relação comigo, ela absolutamente, respeitosa a Lucia entendeu, compreendeu todo o*  
229 *processo de mudança e de público só não ficou por que houve uma readequação de lugares e*  
230 *ela preferiu não ficar, mas ela eu tenho certeza absoluta que a Secretaria continuará*  
231 *contando com ela de onde ela estiver, e não pense que não será chamada, será chamada, e*  
232 *ela também está fazendo uma transição com a Vera sem nenhum reparo, sem nenhum reparo*  
233 *do ponto de vista da solidariedade, do ponto de vista da disponibilidade das informações, dos*  
234 *lugares e eu quero também te desejar muita sorte e dizer pra você que a vivência sua aqui, eu*  
235 *tenho certeza que mexeu com muitas coisas suas e que deixou um lugar, deixou um espaço e*  
236 *será requisita, será convidada e onde você estiver eu conto com você e se você resolver voltar*  
237 *a porta está aberta.” A **Ministra Eleonora Menicucci** também faz um agradecimento à*  
238 *Conselheira Rosa de Lourdes que está deixando o cargo de Conselheira: “E a Rosa, que está*  
239 *na transição da representação da Rede, eu também desejo agradecer, quero agradecer a*  
240 *contribuição que você deu, eu sou uma das fundadoras da Rede Nacional Feminista de Saúde*  
241 *e Direitos Reprodutivos e a contribuição que você deu para esse conselho e que a nova*  
242 *representante ocupará esse cargo com a mesma retidão que você ocupou e com a mesma*  
243 *contribuição que você deu, e eu, tenho certeza que os espaços que estão sendo apontados pra*  
244 *você ocupar, você os ocupará com a mesma garra, com a mesma dignidade. Eu agradeço a*  
245 *contribuição e sei que você estará presente.” é passado para o próximo **Ponto de Pauta: 2º)***  
246 ***Aprovação das Atas** da 6ª e da 7ª Reunião do CNDM. Ministra informa às conselheiras que a*  
247 *ATA estará pronta e entregue a todas as conselheiras em 10 dias. Próximo **ponto de pauta: 3º***  
248 ***Informes: b) Comitê Cedaw – Relatório das participantes na atividade; **Ministra Eleonora*****  
249 ***Menicucci** faz um relato sobre o Relatório apresentado no Comitê Cedaw: “Fomos elogiadas*  
250 *no que diz respeito a: Lei Maria da Penha, trabalhadoras rurais, autonomia econômica das*  
251 *Mulheres - Fomos criticadas no que diz respeito a: baixíssima participação política das*  
252 *Mulheres em cargos legislativos e executivos; na questão da descriminalização do aborto*  
253 *(recomendação) na questão das mortes maternas (houve equívoco de dados:- não foi dito*  
254 *200.000 mil mortes por aborto e sim 200.000 internações para curetagem no SUS – imprensa*  
255 *.As recomendações estão de avanço nas questões de direitos reprodutivos para que o Brasil*

256 não retroceda. **Caso Aline Moraes – Belfor Roxo /RJ** – Ministro Padilha e Ministro Silvio  
257 proposta é que se faça uma reunião - Governo Federal já quis pagar, mas por Lei quem tem  
258 que pagar é o Governador. Fernanda (MRE) diz que não tem por que fazer a reunião, pois não  
259 tem parecer. Ministra diz que ela e embaixador estão de olho. Decisão extrajudicial sairia  
260 daqui a duas semanas. (Esse caso foi contado no Comitê Cedaw e contamos com o apoio dos  
261 movimentos feministas, da sociedade civil, deputadas, senadoras, CONTAG, Via Campesina,  
262 Saúde, Ministério Trabalho. **CSW – Tema: Mulheres Rurais** (CONTAG e Justina, MDA,  
263 Tatau, Rosa Maria) Ministra fez uma fala importante sobre as trabalhadoras rurais e várias  
264 conversas com outros países. faz Breve resumo do que foi discutido: **1.** Andreia participou de  
265 painéis; **2.** Seminário /Painel sobre o Rio + 20; **3.** Parceira SDH/ESPORTE/CONTRA  
266 VIOLÊNCIA; **4.** Reunião: Painel sobre Cairo +20 (Fazer, Avança ou perde?); **5.** Evitar o  
267 retrocesso dos Direitos Sexual e reprodutivos; **6.** Michelle Bachellet – criação efetiva parceria  
268 com SDH e Ministério dos Esportes nos grandes eventos (COPA e Olimpíadas.); **7.** O Mundo  
269 não está dando a importância para o Rio+ 20; **8.** Recorte de Gênero - é necessária a  
270 mobilização em todos os países; **9.** Reunião das Líderes (21 de Junho); **10.** Ampliar a  
271 participação, Sociedade Civil; **11.** Pela 1ª vez a CSW não tem uma resolução em cima do tema:  
272 trabalhadoras rurais; **12.** Há necessidade de reforçar na Rio + 20 como vamos apontar as pautas  
273 de todas as mulheres aqui no Brasil. Em seguida a Ministra fez a leitura da **CARTA DA**  
274 **MICHELLE BACHELET** – (Vide ANEXO). Passada a palavra para a **Conselheira Maria**  
275 **das Dores do Rosário, a Dorica (AMNB)** que faz o relato sobre a participação no Comitê  
276 Cedaw. Agradece e fala da outra agenda que fez - Acompanhar as mulheres da Sociedade  
277 Civil e discutir como seria a representação da sociedade civil nesse espaço. Ex. Relatório  
278 Sombra - (3 minutos para cada delegação se apresentarem). *Lanche British* (o momento em  
279 que a sociedade civil tem 1 hora (intervalo) para que as participantes tenham contato (diálogo)  
280 com os peritos que vão dar as instruções de como deve ser feito um relatório). Houve  
281 dificuldade de entender por não dominar o inglês. **1.** Impressionou muito saber que na  
282 Noruega e o Congo as violações dos direitos das mulheres e que na Noruega é muito grande.  
283 **2.** Sobre a organização para a viagem relata que teve dificuldade em relação à logística,  
284 informa que a diária não caiu na conta; **3.** Recebeu o material muito em cima da hora. Havia  
285 entendido que o CNDM teria uma participação na formulação do relatório e na apreciação. E  
286 não foi feito. E a questão racial não teve ponto com destaque. **4.** Apresenta algumas  
287 recomendações para que a SPM e o CNDN ouvissem organizações de mulheres impactadas  
288 pelos grandes projetos. (Ex. Belo Monte, não tem dados por parte do governo sobre os  
289 impactos na vida das mulheres). Importante que essas mulheres e as outras organizações  
290 fossem trazidas aqui para serem ouvidas e que seja pauta no CNDM para que todas as  
291 conselheiras se apropriem dessas recomendações do Comitê Cedaw ao Governo brasileiro, e  
292 que o tema Racismo – também seja pautado no CNDM com prioridade. **5.** E deixa algumas  
293 reflexões/perguntas: Porque o Comitê Cedaw está tão distante da grande parte das  
294 organizações de mulheres do Brasil? Por que só as grandes redes é que conseguem chegar  
295 nesses espaços? Quem financia essas grandes redes? Qual o papel das organizações da  
296 sociedade civil e do Governo no pós - CEDAW? **Conselheira Andréia Butto (MDA)** fala  
297 sobre a CSW – O governo brasileiro poderá desempenhar um papel muito importante para dar  
298 continuidade ao debate na ONU em torno dos direitos das mulheres rurais, em particular por

299 um momento especial que temos que é a importância que o Brasil assume em função da  
300 Presidência da FAO com José Graziano e este junto com Fernando Soto Baquero - Diretor  
301 Geral da FAO/Regional do Chile - Propõe ao Brasil um Seminário Internacional /Regional - é  
302 bom esta iniciativa para dar continuidade e retomar a melhor maneira de recolocar a discussão  
303 em torno das conclusões que vinham sendo acordadas na ONU e que não foi viabilizada nessa  
304 sessão. **Conselheira Ana Paula Crossaro (SDH)** – Justifica que terá que chegar mais tarde  
305 porque estará participando da Abertura do Vídeo Conferencia do Plano Nacional dos Direitos  
306 da Pessoa com Deficiência, o Programa Viver Sem Limite. **SOBRE A PARTICIPAÇÃO**  
307 **DO CONSELHO NO RELATÓRIO – Sonia Malheiros esclarece:** “*que toda a elaboração*  
308 *do informe do Brasil que foi entregue em março de 2010 ele foi construído antes foi uma*  
309 *construção coletiva com participação de diferentes Ministérios e com participação do*  
310 *CNDM, acontece que o Comitê Cedaw como tem uma demanda muito grande de informes, a*  
311 *gente entrega o informe, e demora 2 anos pra irmos lá responder, apresentar pessoalmente o*  
312 *informe , responder as questões. Esse foi o 7º informe brasileiro, fizemos um que foi do 1º ao*  
313 *5º, passamos 5 anos sem informar na data ao Comitê, a partir desse primeiro informe que foi*  
314 *feito fizemos o 6º na data certa, agora o 7º e sempre foi construído com a participação dos*  
315 *diferentes Ministérios e do Conselho.” Profª Lourdes Bandeira reforça que “era Secretária*  
316 *de Planejamento na época inclusive os dados de 2006 – 2010 estão um pouco defasados e a*  
317 *dinâmica internacional ela não tem a dinâmica das práticas sociais.A SPM jamais deixaria*  
318 *de ter a participação do CNDM e de todas as parcerias que a SPM tem”.* Dá informes sobre  
319 as recomendações estabelecidas para a emissão de passagens cuja regra é: passagens com 10  
320 dias de antecedência e para conselheiras que não estejam com pendências, portanto não é  
321 possível emitir as passagens fora do prazo. Solicita atenção das conselheiras em relação à  
322 prestação de contas para que façam em dia. **Conselheira Graça** – Solicita que as passagens  
323 sejam tiradas em horários que permitam dormir antes de chegar para a reunião. **Profª**  
324 **Lourdes** informa que estará atenda aos casos especiais e tentara solucionar da melhor forma  
325 para todas. **Feita a pausa para o almoço às 12h30.** Os trabalhos foram retomados às 13h30  
326 com a **Profª Lourdes Bandeira** dando sequência esclarecendo sobre o **próximo item da**  
327 **pauta: d) Termo de Cooperação assinado entre a SPM e a SDH firmado no dia 8 de março**  
328 *diz que já está sendo comunicado ao Ministério da Cultura, pois essa Cooperação técnica*  
329 *envolve três segmentos Mulheres portadora de deficiências, mulheres idosas e meninas,*  
330 *adolescentes e mulheres em relação aos grandes eventos. E a preocupação está em relação aos*  
331 *macros eventos, citando, por exemplo, que o Rio de Janeiro estará recebendo 4 milhões de*  
332 *pessoas para a vinda do Papa e o Congresso Internacional da Juventude, Copa do Mundo,*  
333 *Olimpíadas, são muitos os eventos e esse acordo envolve os Ministérios da Cultura e dos*  
334 *Esportes que estarão sendo parceiros e atingidos. Entrará em contato com a Secretaria da*  
335 *Juventude da Secretaria Geral da PR para conversar para que possa também estar*  
336 *participando. Em seguida é passada a palavra para a Assessora Parlamentar **Regina Adami***  
337 *para o informe sobre o próximo ponto de pauta: a PEC 515 da Licença Maternidade dos*  
338 *180 dias da Senadora Rosalba Ciarlini, já tramitou no Senado Federal e foi para a Câmara*  
339 *com o conteúdo da PEC 30 da Senadora Angela Portela com relatório da Senadora Rita*  
340 *Camata que amplia mais, que corrige algumas formações, ou seja, a PEC 515 só prevê o*  
341 *aumento de 180 dias. Dentro da Comissão Especial da Câmara a Senadora Rita Camata fez*

342 algumas correções: além dos 180 dias colocar para 6 meses + 1 mês do período de  
343 estabilidade – atualmente é 4 meses + 1 mês do período de estabilidade, colocando tudo para  
344 a Previdência Social – atualmente é o empregador que assume os custos de todas as  
345 trabalhadoras. Há todo um trabalho para que este texto seja aprovado, lembrando que existe  
346 dentro da Câmara uma reação violenta dos Empresários, não querem a votação – alegam que  
347 irá provocar o desemprego. O Projeto 2513 do *Programa Mulher Cidadã*, as mulheres  
348 passam a ter três tipos de regime vigorando: as que não recebem nada, as que recebem quatro  
349 meses e as que recebem seis meses – criaram-se graus diferenciados de direitos enquanto a  
350 sua maternidade e isso é muito grave – as grandes empresas fazem renúncia fiscal – é o  
351 conjunto da população brasileira que paga para algumas mulheres tenham direito a seis meses.  
352 Com a aprovação da PEC todas as mulheres voltariam a ter a igualdade de ter os direitos de  
353 180 dias. É fundamental para a SPM que essa PEC seja aprovada. É um dos projetos  
354 prioritários que a SPM tem trabalhado, mas a barreira e resistência da bancada de empresários  
355 no Congresso é muito grande. **Conselheira Magaly de Carvalho Correa Marques informa**  
356 *que a matéria está em discussão no governo, mas ainda não está fechada uma posição em*  
357 *todos os órgãos. Também, existe resistência do Congresso, não há consenso dois líderes*  
358 *disseram não. Passado para o próximo ponto da pauta: c) Acompanhamento do PAC 2 –*  
359 *Construção 6.000 creches Governo Dilma, a Ministra Eleonora Menicucci faz um breve*  
360 *relato dizendo que é a questão da Presidenta Dilma é de todo o Governo a construção de*  
361 *creches não foi contingenciado recursos para as creches, e ela teve uma reunião com o Fórum*  
362 *Nacional dos Prefeitos na semana passada - as creches são municipais, o governo federal*  
363 *repassa os recursos para os municípios e estes têm que construir as creches, o nível de*  
364 *responsabilidade é do ponto de vista, dos municípios. Ministra Eleonora Menicucci passa a*  
365 *palavra para Regina Adami - Assessora Parlamentar da SPM, esclarecer sobre a posição*  
366 *do Ministro da Educação sobre as creches e o PNE e da dificuldade da construção das creches*  
367 *(vide anexo- Dados e Informações sobre a Educação Infantil) Conselheira Carmem Foro*  
368 *(CONTAG) na primeira questão relata que a presidenta Dilma anunciou durante a Marcha*  
369 *das Margaridas, que formaria um grupo de trabalho com SPM/MDA/MEC com participação da*  
370 *sociedade para pensar creches para o meio rural, se este grupo foi constituído a sociedade*  
371 *ainda não foi chamada para participar. Segundo suas palavras, ouviu dos Técnicos do MEC a*  
372 *seguinte expressão: “vamos construir a creche no meio do nada”? Existem regras e*  
373 *limitações na construção de creches na zona rural, nos assentamentos rurais, são realidades*  
374 *diferentes da zona urbana e pede que a Ministra Eleonora Menicucci intervenha junto à*  
375 *Presidenta e diga onde de fato será construída essas creches na zona rural. Na segunda*  
376 *questão, discorre sobre as grandes obras do PAC 1 e 2 e informa que na semana que passou*  
377 *esteve na CPMI na Comissão do Senado sobre a violência contra a mulher e lá fez um apelo:*  
378 *“as meninas do campo e da floresta estão vivenciando situação de exploração e prostituição,*  
379 *relata que é grande o número de meninas grávidas citando inclusive, que existe uma*  
380 *organização que está construindo um vídeo com o nome “Os filhos do São Francisco” do*  
381 *quanto que há gravidez dessas meninas, nossas filhas de agricultores, ao redor dessas*  
382 *grandes obras, não preciso repetir aqui o que é aquela “macharada” descendo pra lá,*  
383 *situação de pobreza e a condição que estão expostas as nossas filhas, meninas rurais*  
384 *principalmente, então fizermos uma solicitação de imediata providência do estado brasileiro,*

385 *por que ao redor de uma grande obra dessa, temos inúmeros problemas, e a visão aqui, não é*  
386 *uma visão totalmente sectária de que essas obras não são necessárias, de que o processo de*  
387 *desenvolvimento não é importante, de que o país atravessa um momento que precisamos*  
388 *produzir e uma serie de outras questões, por outro lado nós temos acompanhado, vivenciado*  
389 *um conjunto de problemas, desde o reassentamento das populações rurais, a prostituição*  
390 *infantil, as meninas nossas filhas, os problemas relacionados ao trabalho,então nós*  
391 *solicitamos emergência do governo federal no sentido de alguma providencia para este*  
392 *problema, que outros até vieram á tona para um tratamento, foi criado na Secretaria Geral*  
393 *um grupo de trabalho que está cuidando da questão do trabalho, da as questões de salários e*  
394 *todos os problemas, mas esta questão precisamos tratar com muita força, e oportunizo por*  
395 *que estávamos tratando sobre o PAC para trazer esta questão que eu considero muito grave*  
396 *desde o primeiro PAC estamos na segunda versão e estes problemas não foram enfrentados*  
397 *na medida que deveriam ser, estamos convivendo com as consequências deles”.***Conselheira**  
398 **Vera Machado (REF)** levanta a questão sobre as creches e o diálogo com o Ministro  
399 Mercadante sobre “*não só como direito das crianças , mas também como direito das*  
400 *mulheres, porque na questão estrita da criança ela cabe muito bem na Educação e na*  
401 *questão da mulher eles jogam como era antigamente para a Assistência Social”.*Como  
402 *conciliar os horários, tanto as mulheres rurais e as mulheres urbanas, tem horários*  
403 *diferenciados (período noturno, madrugada, finais de semana)como fazer a discussão para*  
404 *que elas entrem nessas 6.000 creches que estão pra ser construídas, afinal são direitos da*  
405 *mulher. Prof<sup>a</sup> Lourdes Bandeira* pede um *aparte* para esclarecer que esta questão da creche  
406 está sendo tratada como direito para todas as Mulheres. Isso já foi reivindicado junto ao  
407 Ministério da Educação há mais de dois anos. **Conselheira Glauca Morelli** em relação à  
408 construção das 6.000 creches comenta que tem que se identificar o que está impedindo de fato  
409 para essa construção. “*Não podemos chegar em 2014 sem essas realizações. Há que se*  
410 *investigar o porquê dessas Prefeituras não estarem conseguindo cumprir a Lei de*  
411 *Responsabilidade Social”* Propõe que se faça um estudo CNDM junto com a assessoria  
412 parlamentar e com os Deputados para pensar a reformulação dessa Lei. **Conselheira**  
413 **Claudia Prates (MMM)** “*para a Marcha Mundial é uma questão fundamental que essas*  
414 *creches sejam construídas rapidamente, creche deve ser um direito de toda sociedade e uma*  
415 *preocupação de homens e mulheres”.* E propõe que deve seja agregado o debate da  
416 sustentabilidade em torno dessas creches (Coleta de água da chuva, hortas comunitárias,  
417 placas de energia solar). **Conselheira Liliane (UNE)** informa que esta discussão já vem  
418 sendo feita e “*defende um Plano Nacional de Educação, que consiga trazer avanços para a*  
419 *vida das mulheres, principalmente para a vida das mulheres estudantes. Ressalta a*  
420 *importância da interiorização das universidades + campi em diversos estados e cidades, mas*  
421 *estas ainda não conseguem atender a demanda das mulheres e colocam as mulheres em*  
422 *situação de vulnerabilidade, pois as alunas quando engravidam são convidadas a se*  
423 *retirarem das casas universitárias. Não só as creches, mas avançar na perspectivas para as*  
424 *escolas de aplicação nas universidades federais e tentar atrelar nas instituições de ensino*  
425 *superior não só nas redes de universidades federais mas também pensando os Institutos*  
426 *federais como conseguir nesses espaços ou creches,avançando para as escolas de aplicação*  
427 *para que sirvam como espaço de troca de saberes , de estágios, que consiga avançar para*

428 *mais de 2 anos como é colocado para as creches e que nos campi do interior – cita como*  
429 *exemplo da Universidade Federal de Sergipe, campo da Universidade de Lagarto, onde tem*  
430 *os cursos de saúde em sua maioria composto por mulheres e muitas dessas mulheres tem*  
431 *abandonado os cursos por conta de terem engravidado e não terem suporte nem da*  
432 *Prefeitura e muito menos da Universidade, a UNE tem se colocado com uma campanha por*  
433 *avanço de políticas para a vida das mulheres – Caravana da UNE que começou no dia 28 de*  
434 *março (UNB) até o dia 15 de maio, é tema de debate a campanha pelas*  
435 *creches”.***Conselheira Graça Costa (MAMA)** – Discorre sobre a importância das creches  
436 nas vida das mulheres e da vida das crianças e baseado em tudo que já foi dito, é importante  
437 que esse ponto seja parte da pauta do Conselho. Que efetivamente o Conselho possa  
438 acompanhar efetivamente o monitoramento de todas as informações que chegaram nessa  
439 reunião – os problemas levantados (com relação a recursos, ao aparelhamento dos municípios  
440 para efetivação da construção das creches) faz um questionamento em relação a tecnologia se  
441 ela contempla uma concepção de creche com qualidade para todas as crianças, em qualquer  
442 região do país, com as diferentes formas onde a população vive, nos assentamentos, nos  
443 bairros da periferia, clima, etc. Qualificar o monitoramento, qual a meta por região e que as  
444 conselheiras possam acompanhar a implementação e a consecução dessas políticas. Sobre o  
445 PAC como um todo, são obras que fazem parte de uma proposta de grandes construções  
446 hidrovias, hidrelétricas, etc.etc..Que em geral trazem um conjunto de impactos para a  
447 sociedade mas que toca de forma diferenciada para as mulheres. Propõe que se faça um  
448 debate mais qualitativo em torno do PAC.(o que está sendo feito, quais são os impactos que  
449 são conhecidos, que levantamentos existem sobre isso – Belo Monte já tem impacto sobre a  
450 questão da prostituição (com a construção da Hidrelétrica já existe construção de  
451 “prostíbulos” em Altamira e nas cidades ao redores) não é só um dado da realidade, é um  
452 dado que precisa ser conhecido para que se possa propor políticas que possam ir de encontro  
453 com essa realidade. É importante fazer esse debate de forma mais específica. **Conselheira**  
454 **Maria das Dores (AMNB)** com relação a PEC da licença maternidade , esses 6 meses  
455 beneficiaram em grande parte das mulheres negras que estão nos trabalhos dentro das firmas  
456 terceirizadas, comercio, empregadas domesticas...AMNB é favorável a essa PEC.Com relação  
457 ao acompanhamento do PAC, da construção das creches a AMNB – As mulheres negras  
458 querem as creches por que a grande maioria das mulheres negras são realmente as que  
459 necessitam dessas creches. Sugere a ampliação do Termo de Cooperação Técnica (SPM/SDH)  
460 que não fosse somente dentro dos grandes eventos como a questão COPA mas para o Projeto  
461 do PAC, para os espaços das grandes regiões (Norte) quem são as grandes impactadas –  
462 mulheres ribeirinhas e mulheres quilombolas. **Conselheira Isis Tavares Neves (CNTE)** Em  
463 relação as creches acha importante que o governo federal tenha tomado pra si o assunto, mas  
464 que a política fiscal deve melhor ser discutida, chamar os gestores (governadores e prefeitos),  
465 discutir a dívida pública, redução de juros, financiamento, para implementar essas políticas  
466 públicas. **Conselheira Ana Paula Crosara (SDH)** para que se tenha visibilidade no tema,  
467 solicita que seja incluída na discussão o acolhimento de todas as crianças com deficiência e as  
468 mães com deficiência. **Ministra Eleonora (SPM)** avisa que tem um agenda com o Ministro  
469 Mercadante e que tem um grupo técnico pra discutir com o MDS e Ministério da Educação.  
470 Concorda com tudo que foi dito e lembra que o Movimento Feminista já teve no passado a

471 bandeira da luta pelas creches e que agora quer retomar essa pauta, “*pois a creche continua*  
472 *um direito não conquistado na sua totalidade*”. Sobre a prostituição das meninas rurais, a  
473 prostituição infantil e das mulheres nas grandes obras, cita que SPM está entrando  
474 efetivamente no PRONACAMPO e que é uma questão prioritária da SPM e da Presidenta  
475 Dilma levar uma proposta de fortalecimento e introdução das creches para o Ministério da  
476 Educação e esta proposta já foi levada para o MDS. Sobre o financiamento reforça que é uma  
477 questão dos municípios e os Prefeitos têm que se comprometer nessa implantação. Apresenta  
478 uma proposta para que o Conselho levante os pontos retirados e aprovados no Conselho sobre  
479 as creches, itens para serem levados para a reunião com o Ministro da Educação. “*O papel da*  
480 *SPM é fazer a intersetorialidade, a SPM não tem a atribuição de implantar as políticas*  
481 *públicas mas de formular junto com*”. Sobre a questão das crianças deficientes, as escolas  
482 tradicionais tem que se adequar para receber as pessoas com deficiência em todos os níveis,  
483 não só na acessibilidade física, é sobre tudo a acessibilidade de respeito e solidariedade é  
484 fundamental. Em relação à prostituição com as grandes obras, não é parar as grandes obras,  
485 mas apontar os impactos, dessas obras, no cotidiano dessas populações – nossa  
486 responsabilidade é apontar na população feminina, seja criança, jovem ou mulher. A questão  
487 do tráfico, de criança, de mulheres, da exploração sexual apresentou a ideia de junto com a  
488 Ministra Maria do Rosário, propor para a Petrobrás para que a Caravana do SIGA BEM  
489 inclua também a questão da prostituição nas grandes obras já que ela percorre o país falando  
490 sobre a exploração sexual. Sobre o GT Interministerial MEC/SPM/MDA e Sociedade Civil  
491 que tem como objetivo aprofundar sobre as creches no meio rural a **Conselheira Carmem**  
492 **Foro (CONTAG)** informa que após a Marcha das Margaridas teve uma primeira reunião no  
493 mês de novembro e desde dezembro o governo ficou de se reunir e ainda não deu retorno.  
494 Ministra vai se interar sobre o assunto e dará notícias e informa que quem participa desse  
495 grupo pela SPM é a Secretária Tatau. **Conselheira Graziela Rodrigues (Instituto Equit.)**  
496 Aponta o excelente diagnóstico feito pela Ministra sobre o fato do Movimento feminista ter  
497 abandonado o tema das creches por ter se dedicado a outros temas, mas continua achando que  
498 a luta pela autonomia econômica passa em grande medida e cada vez mais a desigualdade no  
499 mercado de trabalho está ligado a falta de creche, propõe que o CNDM retome e assuma o  
500 compromisso de levar esta discussão para dentro dos movimentos. Fala sobre a ideia sobre o  
501 PACTO pela Educação Infantil com os prefeitos e de levar isso ao Ministro da Educação.  
502 **Ministra Eleonora Menicucci** afirma que a SPM tem uma compreensão clara de que a  
503 autonomia econômica das mulheres passa pela creche e que os movimentos tem que pautar  
504 em suas redes essa discussão. **Prof<sup>a</sup> Lourdes Bandeira** pede um aparte para fazer um  
505 acréscimo em relação a licença de 180 dias e as creches – “*Hoje as mulheres que frequentam*  
506 *as universidades são mais de 60%, incluindo professoras e servidoras dá 70%, há uma*  
507 *demanda anterior, já houve creche em várias universidades, a UNB é um exemplo. As*  
508 *universidades públicas elas tem autonomia, elas podem ter a partir da própria instituição e*  
509 *de uma mobilização desse seguimento solicitando tanto as creches quanto também a licença*  
510 *maternidade estendidas para as estudantes de graduação e pós, as agencias de fomento e as*  
511 *universidades estão contemplando os 180 dias, as mulheres que estão fazendo mestrado e*  
512 *doutorado muitas perdem as bolsas, é uma demanda de um segmento específico que poderia*  
513 *se juntar à SPM e aos outros ministérios pra reforçar a demanda e que abrange uma faixa*

514 *significativa no Brasil*". **Ministra Eleonora Menicucci** complementa dizendo que *"é Lei,*  
515 *mais de 150 servidores tem que ter creche. As universidades que não cumprir tem que haver*  
516 *ação na justiça contra elas. As universidades tem autonomia, mas tem que cumprir a Lei. O*  
517 *problema de implementar a Lei 180 dias é no privado, porque no serviço público já está."*  
518 **Conselheira Nelita Frank (AMB)** fala da vulnerabilidade das mulheres que vivem nas áreas  
519 de fronteira (Roraima/Acre) e os conflitos – mulheres em situação de deslocamento para os  
520 outros países relacionados com as grandes obras do PAC – problemas com documentação e  
521 relação com os outros estados nacionais. Sugere a organização de uma pauta. Fala também do  
522 Programa do Biodiesel (palma de ouro, produção de dendê), *"cuja grande contratação de*  
523 *mão de obra dessas empresas são mulheres, (são vinte anos que os agricultores firmam*  
524 *contratos com as empresas para fornecerem matéria prima para o plantio de dendê) a SPM*  
525 *precisam identificar os contextos das grandes obras, quais projetos e como impactam as*  
526 *mulheres nas várias regiões, por que o impacto não se dá igualmente para todas as mulheres*  
527 *e não se dá igualmente em todas as regiões, são recortes que precisam estar presentes"*.  
528 **Conselheira Justina Cima (MMC)** sobre a questão das creches é preciso agilizar e envolver  
529 a organização e a cobrança lá na ponta, ou seja, nos municípios, sem organização e sem a luta  
530 local com as mulheres no sentido da implementação não adianta ter a estratégia e a meta  
531 traçada de 6.000 creches aqui em Brasília. Para o MMC/VIA CAMPESINA, é preciso que  
532 haja de fato a garantia de recursos no Governo Federal e que se faça a luta lá com os  
533 municípios para que sejam implantadas, traçar uma estratégia com linhas claras nos planos  
534 municipais, para as eleições municipais, o que vamos bancar no momento da elaboração dos  
535 planos municipais o que queremos materializar para se que se implemente e se viabilize.  
536 Avançar nos conselhos para poder implementar na ponta. **Conselheira Rosa de Lourdes**  
537 **(RNFS)** coloca que reitera a posição já apresentada sobre a articulação desse conselho com os  
538 conselhos municipais de fato. Relata sobre a viagem que fez para Rondônia, sobre o trabalho  
539 do Conselho Municipal em processo de construção do Conselho Estadual e que o CNDM tem  
540 um papel fundamental de aproximação com esses Conselhos nos Estados e seus problemas  
541 regionais. Reforça a fala da Conselheira Justina em que é trabalhar a estratégia de como fazer  
542 é estar junto dos conselhos estaduais e municipais. **Conselheira Fernanda Tansini (MRE)**  
543 fala sobre a preocupação que existe em relação à populações impactadas por grandes  
544 empreendimentos, na apresentação do VII Relatório Periódico Nacional do Brasil ao Comitê  
545 Cedaw houve uma preocupação de que o Brasil seria demandado nessa questão. Percebeu-se  
546 que são escassos os dados sobre o assunto, sobretudo os dados desagregados sobre mulheres  
547 impactadas em regiões de empreendimentos. Informa que existe um grupo de trabalho  
548 interministerial que o Itamaraty tem coordenado junto com a Presidência da República sobre a  
549 implementação da Convenção 169 da OIT que diz respeito ao mecanismo formal de consultas  
550 aos povos indígenas e quilombolas, não há representação da SPM nesse grupo, propõe que a  
551 SPM se faça representar nesse grupo e a importância da produção de dados de mulheres  
552 impactadas. **Conselheira Clara Charf** coloca com preocupação sobre a questão de como o  
553 CNDM deve se posicionar na proposta das 6.000 creches da Presidenta Dilma – *"o CNDM é*  
554 *Nacional e não estamos em todos os lugares, cada um tem seu campo de ação"*. Propõe que  
555 *"quando a nossa Ministra for falar com os ministros das áreas, ela tem que fazer um resumo*  
556 *sobre todas as grandes reivindicações que o CNDM apresenta para cada área, apresentar*

557 *questões concretas, por exemplo, como podemos contribuir em cada área onde atuamos. É*  
558 *impossível que o CNDM leve regras para todas as soluções, temos que ser realistas. Temos*  
559 *uma preocupação, em relação às áreas impactadas com as obras do PAC, pois começa haver*  
560 *um movimento muito grande contra as obras do Governo, pois acham que é por causa dessas*  
561 *obras que as mulheres estão sofrendo mais. Não podemos articular uma política que é*  
562 *dedicada às mulheres impedindo que o Governo faça as grandes obras que ele está fazendo*  
563 *no país, esse é o cuidado na conversação que eu vejo, na maneira de falar, não dá pra*  
564 *resolver tudo ao mesmo tempo, se é creche primeiro então vamos ver como a gente pode*  
565 *influir em todas as áreas na questão da creche, se é plano para mulheres camponesas, tem*  
566 *que ser plano pra mulheres camponesas em que áreas, em que setores? Tem que ser mais*  
567 *concreto, cada pessoa que está aqui é de uma região, que tem os seus problemas específicos,*  
568 *ver onde podemos pressionar ou não, senão o Conselho vai superestimar a sua*  
569 *possibilidade.”* **Ministra Eleonora Menicucci** reforça o que a Conselheira Clara Charf diz e  
570 reafirma que “*tem a maior convicção e não tem a menor ilusão*” de que seja a atribuição do  
571 CNDM implantar creches, o CNDM tem a atribuição de mostrar a necessidade, o  
572 financiamento, e fazer com que isso aconteça. Volta a insistir que “*a capilaridade das*  
573 *articulações que as Conselheiras representam no Conselho é a responsável pra fazer o pacto*  
574 *com o município igual ao pacto da Violência. Pactuar, repactuar em todas as regiões, com os*  
575 *Estados. O Brasil é enorme, a pauta da creche tem que voltar, para o movimento de*  
576 *mulheres, para o feminismo, para os sindicatos. O Governo Federal dá as diretrizes e o*  
577 *financiamento, nesse sentido não podemos esquecer a descentralização, nós da área da*  
578 *Saúde temos rediscutido, pois é lá na ponta que isso acontece, a responsabilidade não é do*  
579 *Ministro da Saúde ou da Ministra das Mulheres, é dos municípios. A SPM pode fazer e vai*  
580 *fazer e está fazendo é denunciar onde não tem e incentivar a criação de organismos para as*  
581 *políticas para mulheres nos municípios, isso é pauta e responsabilidade nossa, estamos*  
582 *fazendo e faremos”*. O grupo de trabalho existe, e irá entrar em contato pra saber por que a  
583 sociedade civil na questão do campo e na questão urbana não foi chamada ainda. No aspecto  
584 do impacto na vida das mulheres, concorda que tem que ter a desagregação dos dados e que  
585 enquanto governo é criar mecanismos para que as grandes obras cuidem como os grandes  
586 eventos cuidem para diminuir esses impactos. Aponta duas ideias: - Pacto Federativo com os  
587 municípios na questão das creches e a questão de incluir na Caravana Sigam Bem as grandes  
588 obras e prevenção da violência e do tráfico nas grandes obras (impacto). Pedes para que as  
589 conselheiras pautem os itens para que sejam levados para a reunião com o Ministro  
590 Mercadante possa levar uma posição da SPM e do CNDM e que as conselheiras levem para  
591 os movimentos a necessidade de eles pautarem junto aos municípios a questão das creches. A  
592 questão dos grandes eventos e o impacto da violência tanto a Ministra Eleonora Menicucci  
593 como a Ministra Maria do Rosário podem incluir nas Caravanas e a desagregação dos dados  
594 irá trabalhar a realidade deles. **Conselheira Vera Machado (REF)** reforça sobre o papel do  
595 Conselho que é de incidir em cima dos governos para que criem organismos de governo pra  
596 executar as políticas para as mulheres, incidir para dentro dos governos – é importante que o  
597 Conselho tem que funcionar como mecanismo de consulta e discussão. **Conselheira Maria**  
598 **Esther Vilela (MS)** fala sobre a Rede Cegonha que propõe que os territórios olhem para o  
599 que está acontecendo nas pontas e propõe um plano de ação. Pensar nas creches olhando para

600 necessidade real e é singular de cada território, e relata que foi amarrado um plano de ação  
601 construído a muitas mãos, não fica na mão de uma pessoa só pra decidir onde e como vai ser  
602 essa creche. Propõe que nessa interlocução com o MEC que possa se pensar em um coletivo  
603 maior, que possa se pactuar um plano de ação: - onde vai ser e como serão essas creches -  
604 com a participação de um grupo plural, onde estejam os gestores, mas também os movimentos  
605 de mulheres. Propõe que na Portaria de criação das Creches (que institui as creches) – que  
606 tipo de gestão, nos processos de trabalho e de gestão do cuidado uma questão com a  
607 participação das mulheres para que as creches seja um local onde as mulheres participe do  
608 processo de criação (em relação a execução) de acordo com os padrões de qualidade e na  
609 questão estrutural, que o CNDM participe da elaboração dos critérios de como será executada  
610 essas creches – de acordo com a realidade de cada região e suas necessidades específicas.  
611 Creche na zona rural é diferente da creche na zona urbana. **Profª Lourdes Bandeira** faz uma  
612 observação: - *“quando a Presidenta Dilma coloca o Programa de 6.000 creches é por que  
613 existe um estado que ainda desconsidera a importância e o valor das mulheres, um estado  
614 patriarcal, que não dá a menor importância, a creche deveria ser uma parte constitutiva de  
615 todo o sistema educacional em toda a sua extensão, desde a criança de 2 anos até entrar na  
616 universidade, não existe e a gente não trabalha com essa dimensão, a gente vai sempre no  
617 remendo, porque no congresso nacional há uma resistência, no ministério do trabalho, da  
618 previdência, da educação, quero chamar a atenção para a característica que ainda o estado  
619 brasileiro tem de colocar só para as mulheres essa responsabilidade do cuidar dos filhos e  
620 da educação e que isso se manifesta em todos os lugares. Não podemos perder de vista, não é  
621 esta a discussão que vamos levar para o MEC, não isto que vamos perder de vista. E sempre  
622 que tivermos oportunidade para colocar para um desses ministérios, a gente tem que  
623 manifestar esse descontentamento, é essa a questão de fundo”*. **Discorre sobre o SIC**  
624 (Sistema de Informação ao Cidadão) qualquer pessoa da sociedade civil poderá solicitar para  
625 qualquer Instituição Pública (no caso SPM) informação sobre as agendas, andamento dos  
626 processos, convênios, gastos, todos os assuntos passam a ser de natureza e de conhecimento  
627 público. Estamos criando na SPM um atendimento especializado, as pessoas do protocolo  
628 estão sendo capacitados para o atendimento. Todas as secretarias responsáveis deverão  
629 responder aos cidadãos em 20 dias sob pena do servidor e da servidora ser advertido com  
630 consequências graves. As informações serão colocadas em nosso site com todos os dados que  
631 deve ser de conhecimento público. Sobre os acompanhamentos dos projetos, os editais já  
632 foram abertos, – quando inserirem no SICONV é importante que observem se os dados estão  
633 completos. Fala da deficiência de capacitação na ponta e pede a compreensão das instituições  
634 no que se refere ao preenchimento dos dados. Haverá no sistema um formulário modelo  
635 instruindo como preencher. Desde que o sistema foi criado em 2009 há reclamações de  
636 dificuldade no preenchimento dos dados. A **Diretora de Programas Rosângela Rigo** dá  
637 explicações sobre como funciona e fala que o próprio sistema tem como principal objetivo a  
638 transparência pública, o controle do gasto público e a possibilidade de cada vez ser de acesso  
639 e de domínio da população e de todo cidadão e cidadã. A SPM detectou a necessidade de ter  
640 um passo-a-passo daquilo que ela espera dos seus projetos, o próprio sistema tem explicações,  
641 tem as principais dúvidas, mas exigem dedicação para isso, é detalhado. A SPM sabe que tem  
642 problemas, tem demandas, os organismos reclamam, mas é um programa importante da

643 transparência e para o cruzamento de dados que servem para todos os outros órgãos do  
644 Governo. A SPM já está pensando na construção de todos nos mecanismos de formação e  
645 informação para aprimorar os mecanismos para melhorar o acesso para o cadastro desses  
646 convênios. As conselheiras se manifestaram sobre as regras de difícil compreensão e pedem  
647 que a SPM auxilie no processo de acesso. **Conselheira Maria Goretti (LBL)** faz uma  
648 reflexão sobre o Programa do SICONV que excluiu uma grande parcela de organizações de  
649 movimento de mulheres, organizações de militantes que não tem recursos para bancar equipe  
650 técnica, para consultoria e assim ficam inviabilizados de fazer a execução desses projetos.  
651 Sobre a relação da SPM com os Conselhos Municipais e Estadual com as Secretarias, só  
652 reconhecemos que *existe aproximação da SPM com o Fórum de Gestoras – não é o Fórum*  
653 *que vai resolver os problemas da base, por que a frente dos Conselhos nem toda presidente é*  
654 *a Secretária, às vezes a presidente veio do movimento social por que foi eleita através do*  
655 *Fórum e a conselheira foi eleita como entidade da sociedade civil para estar a frente*  
656 *presidindo um conselho que não tem um lápis, uma xerox e a gestão não está preocupada*  
657 *para que ele funcione, por que é um instrumento de controle social que pressiona o governo e*  
658 *muitos não tem interesse para que ele funcione.”* Chama a atenção do CNDM para a questão  
659 da capacitação das conselheiras da ponta, de fazer a intervenção dentro dos municípios e do  
660 estado “*para que a gestora não seja a única convidada para participar desses fóruns e sim*  
661 *quem está a frente dos conselhos, que esteja as duas partes - gestão e sociedade civil para*  
662 *caminharem juntas e saber balancearem a dentro do estado e do município como é que está*  
663 *se dando a política, por que muitas políticas que saem da SPM nem o município, nem a*  
664 *sociedade civil toma conhecimento, o governo faz do jeito que acha e deve, lá é muito*  
665 *preocupante a situação da efetivação das políticas públicas para as mulheres, temos que*  
666 *estar 24 horas, quando estamos no conselho, quando não estamos não sabemos”*. **Glaucia**  
667 **Helena de Souza** (Coordenadora Geral de Fortalecimento da Rede de Atendimento da  
668 Secretaria de Enfrentamento à Violência) discorre sobre o SICONV, “*todos os municípios*  
669 *estão capacitados para receber o SICONV, receberam as equipes dos ministérios, equipes de*  
670 *planejamento dos estados, tem ainda que seja uma pessoa, tem gente capacitada lá. A tarefa*  
671 *dos Conselhos é também de cobrar dos municípios, eles tem a pessoa, essa é uma informação*  
672 *que não pode ser retida, é uma informação de transparência que precisa ser pública e*  
673 *precisa ser publicizada. Chamar uma equipe que capacite as demais pessoas trabalhando*  
674 *numa lógica menos capitalista e mais socialista de relação, por que na hora que as pessoas*  
675 *capacitam aquelas que vão falar e preencher o SICONV ao invés delas terem uma ação*  
676 *propositiva de socializar o que aprendeu elas passam a cobrar, é assim que está*  
677 *acontecendo, quem capacitou no SICONV está cobrando por hora pra ensinar outra pessoa a*  
678 *preencher, oras uma ferramenta que é pública, cobrando principalmente daquela que não*  
679 *teve o conhecimento. Aí tem uma relação atravessada, é usar de um bem que é público pra*  
680 *fazer uma lógica capitalista vencer. Isso exclui mesmo. Qualquer órgão/entidade que não tem*  
681 *entendimento dessa ferramenta tecnológica e não utilizar dela para transformar, irá*  
682 *reproduzir essa prática que está posto. Ferramenta pública não é mercadoria para*  
683 *reprodução e dificuldade na relação de conveniamento que tem que ser cada vez mais*  
684 *transparente e pública. A tarefa dos Conselhos é fazer público o que é público”*. **Ministra**  
685 **Eleonora Menicucci** reforça os seguintes pontos discutidos: 1) a questão do Marco

686 Regulatório para a sociedade civil, sermos porta-voz junto ao Ministro Gilberto Carvalho, não  
687 deixar cair essa pauta. O SICONV está diretamente ligado a questão do marco regulatório; 2)  
688 a questão da capacitação das conselheiras estaduais e municipais à médio prazo. Toda a  
689 questão está centrada na questão da municipalização e na questão das governamentais. E irá  
690 reforçar isso junto ao Ministro Gilberto Carvalho. Respondendo à Conselheira Maria Goretti,  
691 informa que “*os grandes Ministérios tem fundos das Nações Unidas, da Opas e que agora*  
692 *está suspenso para todos os ministérios para acertar esse caminho, porque havia uma super*  
693 *posição, muita gente era contratada pelo sistema das Nações Unidas e agora está suspenso.*  
694 *Em relação a capacitação das conselheiras, será visto e faz parte das atividades”*. A Ministra  
695 deixa sinalizado que deseja pautar na reunião de amanhã (03.04.2012) , no aspecto político: O  
696 que é a relação política do Conselho? É definir estratégias no âmbito nacional? Ou ele é,  
697 dentro dessas estratégias, aquele que articula no nível dos municípios a criação e consolidação  
698 dos organismos para as mulheres?” **Ministra Eleonora Menicucci** encerra a reunião do dia  
699 dois de abril. **Continuação da 8ª Reunião Ordinária do CNDM** no dia três de abril de dois  
700 mil e doze. **Ministra Eleonora Menicucci** abre a reunião saudando o Plenário e  
701 cumprimentando as conselheiras que não estavam no dia anterior: Conselheira Jaqueline  
702 Pitanguy (Notório Saber), Liliane Brum (MS) e Rejane Silva (CUT) e dando sequência ao  
703 **próximo ponto de pauta: 4) Relação entre SPM/CNDM;** e informa que terá que sair para  
704 atender a presidenta Dilma que a chamou no Planalto, mas que voltará para dar continuidade  
705 aos trabalhos. Na sua ausência a Secretaria Tatau Godinho assumirá os trabalhos uma vez que  
706 a Profª Lourdes Bandeira chegará mais tarde em decorrência de exames pré - operatórios que  
707 estará realizando. A reunião terá uma interrupção para quando as parlamentares Senadora Ana  
708 Rita e Deputada Jô Moraes chegarem para palestrar sobre a CPMI da Violência contra a  
709 Mulher. Primeiro ponto de pauta é: O Papel do Conselho, O lugar político do Conselho e a  
710 atribuição dele. **Conselheira Carmem Foro (CONTAG)** diz que é preciso lembrar que este é  
711 um espaço de participação e controle social e que o Conselho evoluiu bastante. Recorda que  
712 era desestimulador participar desse espaço enquanto mulher rural. Ressalta que nos últimos  
713 tempos o CNDM conseguiu fazer um conjunto de diálogos, principalmente em relação ao  
714 debate sobre à violência contra a mulher. Apresenta como proposta a reorganização e  
715 potencializar o papel do Conselho, aproximar mais o dialogo entre a SPM e o CNDM, há  
716 muitas ações que acontecem na Secretaria e que não chegam ao Conselho – há uma  
717 desconexão. Fazer debates mais profundos sobre temas aqui levantados que muitas vezes o  
718 Conselho trata apenas como encaminhamento. **Conselheira Glória Percinoto (ABMCJ)**  
719 sente falta das tarefas no Conselho, da Vídeo Conferencia que é uma reivindicação antiga –  
720 falta a infraestrutura para atividades do Conselho e das Câmara Técnicas. O Conselho pode  
721 ter como tarefa interferir nas Políticas Públicas enquanto Direito, pode atuar junto com os  
722 movimentos sociais e feministas na modificação das normas legais, na modificação da  
723 jurisprudência existente, na fabricação de doutrina, temos direitos pessoal, universal, humano  
724 e constitucional de lutar pela mudança da lei. Quanto ao controle social – fica com o conselho  
725 na forma de uma instância intermediária. Sobre a discussão se é deliberativo ou executivo, até  
726 porque do ponto de vista jurídico não tem sentido nenhum, do ponto de vista interno todo o  
727 órgão é deliberativo, mas quanto a ter essa função deliberativa em relação a um órgão da  
728 estrutura como o caso aqui da SPM, porque a SPM vai praticar uma política de governo e o

729 ideal é que essa política de governo por ser esta Secretaria esteja afinada até por conta de tudo  
730 que já discutiu aqui com o que interessa as mulheres brasileiras e gostaria de colaborar desde  
731 que tivesse condições pra isso. **Conselheira Vera Machado (REF)** diz que o Conselho tem  
732 um Regimento que diz qual é o papel do Conselho e o Conselho só existe por que existe um  
733 órgão executor das políticas públicas, por si só o Conselho não tem papel, por isso a  
734 necessidade dele ele estar ligado a um órgão executor. Lembra das finalidades e das  
735 competências que é apresentado no Regimento. O conselho tem que executar as relações, tem  
736 que ter afinidade direta com a SPM, é fazer com que as Câmaras Técnicas funcionem fazendo  
737 a relação nos Estados. **Conselheira Rosa de Lourdes (RNFS)** mesmo o Conselho tendo um  
738 caráter deliberativo, consultivo, pró-ativo, ele tem que ter uma relação entre as conselheiras  
739 da sociedade civil e das representantes do governo, essas representantes tem que  
740 problematizar as suas questões internas dentro dos Ministérios pra inclusive ter o apoio do  
741 Conselho em determinados assuntos e dificuldades. Lembrou que houve até uma época em  
742 que foi tirado encaminhamento de fazer a reunião do Conselho dentro dos outros Ministérios  
743 para problematizar as questões das mulheres. Que as Câmaras Técnicas funcionem de fato e  
744 efetivamente, e inclusive com responsabilidade dos Ministérios dentro dessas Câmaras e no  
745 Comitê de Monitoramento do Plano – tem que ter mais afinidade nas discussões, não se reunir  
746 somente nas reuniões ordinárias. **Ministra Eleonora Menicucci** propõe reunião do Pleno de  
747 dois em dois meses e as Câmaras Técnicas uma vez por mês. **Conselheira Maria das Graças  
748 de Figueiredo Costa (MAMA)** Lembra sobre a proposta que a Ministra solicitou sobre as  
749 creches e que já está sistematizada e depois gostaria de poder estar apresentando. Sobre o  
750 papel do Conselho e da relação com a SPM e apresenta algumas propostas: Internalizar o  
751 Plano Nacional de Política para as Mulheres – o Conselho tem que ser reativado e fortalecido  
752 – As Câmaras Técnicas já estão constituídas, porém estão paralisadas, tem a Coordenação  
753 Política do Conselho que era uma representante de cada CT que se juntava com a equipe e  
754 com a Ministra para pensar a pauta da próxima reunião, aprofundar quais os debates políticos  
755 que a se deveriam ter no Conselho e inclusive lembrou sobre o Seminário que foi organizado  
756 com todos os Conselhos Estaduais e os Conselhos das capitais, foi controvérsia, tinha  
757 posições diferenciadas, mas saiu desse seminário uma proposta que deveria ser retomado.  
758 Reativar as CT, rever a proposta da Coordenação Política, e ver em quais políticas poderiam  
759 avançar. Que o Conselho possa ter uma Agenda de incidência nos Ministérios e no  
760 Parlamento (é ali que se tem um conjunto de proposições da ala conservadora da sociedade  
761 que só ameaçam os direitos das Mulheres), estabelecer uma Agenda política do ponto de vista  
762 de tomar alguns elementos que possam ser bons para se capacitar, ouvir informações, colocar  
763 posicionamentos, trocar ideias, intercambiar experiências interessantes que o CNDM está  
764 fazendo. Estabelecer uma pauta de debate político com alguns temas, por exemplo, sobre a  
765 reforma do sistema político, qual é o papel que o conselho tem junto com a equipe da SPM, a  
766 licença maternidade de 180 dias, projetos de políticas de Estado como PNE, PAA, onde  
767 avançar nesse debate? Lei Maria da Penha, como fazer que com essa lei efetivamente se  
768 implemente em nosso país e se torne uma política que não retroceda jamais. **Conselheira Isis  
769 Tavares Neves (CNTE)** propõe que o Conselho discuta as regulações dos meios de  
770 comunicações – já que são concessões públicas e que o governo tem que pautar, pois existem  
771 questões que são caras para o movimento feminista e as grandes mídias são pautadas pela

772 oposição reacionária – que formam opinião e tratam de uma forma como se fosse a verdade  
773 absoluta pra desestabilizar . O movimento social tem que pautar esse debate. Propõe também  
774 que a Secretaria propiciasse um maior intercambio entre o CNDM e os Conselhos Municipais  
775 e os Conselhos Estaduais, que pudesse ter mais visitas, mais atividades com a participação da  
776 SPM e das Conselheiras para que pudesse fechar a questão da atuação. **Conselheira Maria**  
777 **Goretti (LBL)** parabeniza o Pleno por pautar a questão do papel do Conselho, por que  
778 incomoda as coisas virem sempre de cima pra baixo. O Conselho é deliberativo, mas as  
779 conselheiras precisam construir a proposta para o Conselho junto com a SPM para definir a  
780 prioridade das prioridades, por que muitas das políticas vista pelo o órgão governamental e  
781 sendo deliberada pelo Pleno que chega num tempo muito curto que o Pleno não tem mais o  
782 poder e nem como discutir e sim ou aprovar ou votar de uma forma insatisfatória para além do  
783 gestor, e como o Conselho é um órgão pra caminhar lado a lado com o órgão executor, o  
784 Conselho precisa estar dentro do processo de construção coletiva entre CNDM e SPM e não  
785 apenas para deliberação. Chama a atenção para como as conselheiras estão fazendo a  
786 incidência política enquanto conselheiras na pauta, não é interessante só essa reunião do  
787 pleno, deliberação de políticas, se as conselheiras estão aqui confortáveis com o espaço, mas a  
788 base está desconfortável quando chega lá a política. Diz *“e nós que estamos lá, que não*  
789 *estamos operando, não estamos desenvolvendo o papel de conselheira, não temos uma*  
790 *referencia nacional dentro do município que se sente para intervir é na creche que fechou, é*  
791 *na creche que deixou de funcionar enquanto conselheira, mas nós estamos aqui, então não é*  
792 *importante estarmos aqui, porque status não é importante para nós, é importante para a*  
793 *conselheira, é importante para o movimento, importante para o fortalecimento das*  
794 *conselheiras nas três instancias, é a coordenação dessa política, é a incidência que tem que*  
795 *se dar nas as três esferas de governo, é o fortalecimento dos conselhos que tem que estar nas*  
796 *as três esferas de governo, não podemos passar para o fortalecimento para o CNDM, nós*  
797 *temos que passar fortalecimento para todos os Conselhos do país, por que nós não estamos*  
798 *nos representando, nós estamos aqui representando uma base, a diversidade do país, que*  
799 *espera resposta de quem está nesse espaço e a responsabilidade é muito grande pra nós e pra*  
800 *isso temos que ter condições de executar e de fazer valer o nosso papel enquanto conselheira*  
801 *nas três instancias, independente de estarmos no Conselho ou não. O nosso papel enquanto*  
802 *conselheira é fundamental para o controle social e é a partir da construção coletiva entre o*  
803 *conselho e a SPM que vai se interferir na base.”* **Conselheira Glaucia** aponta que para  
804 garantir que as políticas públicas sejam aplicadas, é precisamos estar em sintonia com os  
805 conselhos estaduais e municipais, e que para isso é preciso que o CNDM tenha mais estrutura.  
806 **Conselheira Liliane Brum Ribeiro (MS)** identifica falta de articulação do CNDM como um  
807 todo para a sociedade, que o Conselho perdeu a visibilidade nesses últimos anos como  
808 referencia nos direitos das mulheres e que é preciso que se resgate isso. Indica que tem  
809 agendas estratégicas que são fundamentais e que o CNDM não pode se esquivar de se  
810 posicionar, citando por exemplo a votação 13 de abril sobre a anencefalia. A segunda é a da  
811 revisão do Código Penal que está no Senado e a Comissão de Juristas que em função do  
812 aborto legal, já tem uma bancada se articulando e entrando em contato com o José Sarney,  
813 tem que haver uma articulação do CNDM e se movimentar dizendo que apoia essa Comissão.  
814 Discorre também sobre o julgamento que a Juíza Maria Tereza Moura deu em relação à

815 menina de 12 anos que manteve relações com esse homem e ele foi inocentado por que ela  
816 tinha doze anos, e na verdade já tinha uma prática sexual antes. Acha um absurdo essa  
817 votação. 10h30 - **Pausa para ouvir as parlamentares** sobre a CPMI da Violência contra a  
818 Mulher que é presidida pela deputada Jô Moraes (PCdoB-MG) e tem como relatora a  
819 senadora Ana Rita (PT-ES). A previsão é de que o relatório final das investigações seja  
820 apresentado e votado em agosto. **Deputada Jô Moraes** discorre sobre a origem da CPMI e as  
821 diretrizes de funcionamento. Em seguida a **Senadora Ana Rita** tem a palavra e esclarece que  
822 *“a CPMI foi instituída com base no grande número de mulheres vítimas de violência no*  
823 *Brasil e tem como missão investigar a omissão do poder público com relação à aplicação de*  
824 *instrumentos instituídos por lei para proteção das mulheres (utilizará o conceito de violência*  
825 *doméstica e familiar da Lei Maria da Penha), e para isso terá como foco a apuração das*  
826 *causas, que podem revelar possíveis fragilidades e insuficiências do aparato institucional do*  
827 *estado brasileiro na proteção das mulheres, tem condições de investigar de forma mais isenta*  
828 *e auxiliar poderes executivos e judiciários a identificar os aspectos que impedem uma*  
829 *aplicação efetiva da Lei aos casos de violência contra as mulheres, apontando falhas,*  
830 *sugerindo medidas para corrigi-las, e, principalmente criando condições para uma nova*  
831 *cultura de atendimento a mulheres. O objetivo será diagnosticar as lacunas existentes nos*  
832 *sistemas de prestação de segurança pública e jurisdicional, avaliar as suas condições*  
833 *estruturais, administrativas e orçamentárias e apresentar propostas de aperfeiçoamento das*  
834 *políticas de combate à violência contra mulheres. A CPMI além da solicitação de apoios*  
835 *institucionais como: MP, Defensoria Pública, Tribunal de Contas da União, técnicos do*  
836 *governo, policiais federais e estaduais, fará visitas a autoridades, como também ouvirá*  
837 *instituições que tenham informações relevantes para elucidação de fatos, através de*  
838 *Diligências e Audiências Públicas nos Estados”*. Pede o apoio do Conselho Nacional para  
839 ajudar na mobilização para as audiências nos Estados. Manifestaram-se com perguntas e  
840 relatos as Conselheiras: **Claudia Rejane Prates (MMM)**; **Nelita Frank (AMB)**, **Maria das**  
841 **Graças de Figueiredo Costa (MAMA)**, **Maria das Dores do Rosário (AMNB)**, **Sueli Batista**  
842 **dos Santos (BPW)**, **Carmen Foro (CONTAG)**, **Justina Cima (MMC)**, **Glória Percinoto**  
843 **(ABMCJ)**, **Rosa de Lourdes Azevedo (RNFS)**, **Isis Tavares Neves (CNTE)**, **Clara Charf**  
844 **(Emérita)**, **Jacqueline Pitanguy (Notório conhecimento)**, **Rosane Silva (CUT)**, **Renata Melo**  
845 **Barbosa do Nascimento(SEPPIR)**, **Profª Lourdes Bandeira (SPM)**. Em anexo, juntada de  
846 documentos entregues pelas parlamentares às conselheiras – Plano de Trabalho, Diretrizes de  
847 funcionamento e a Dinâmica de funcionamento sobre as Audiências Públicas nos Estados. Às  
848 14h00 a **Ministra Eleonora Menicucci** dá continuidade ao item da pauta sobre a *Relação*  
849 *entre SPM/CNDM*. **Conselheira Jacqueline Pitanguy** dá um breve relato sobre o que já foi  
850 discutido na parte da manhã. Levanta uma questão que quer aprofundar sobre como vê o  
851 papel do Conselho em dois planos: *“Em nível de bastidores coloca a relação CNDM /SPM. O*  
852 *CNDM como um órgão de apoio, de crítica, um órgão propositivo e de trabalho (através de*  
853 *Câmaras Técnicas). E o papel do CNDM com a sociedade, com certas instâncias do poder,*  
854 *tem uma liberdade ou deve se dar uma liberdade que não necessariamente a SPM tem. Que a*  
855 *SPM é órgão de governo com todos os limites e possibilidades de um órgão de governo, já o*  
856 *CNDM pode avançar e nesse avanço fortalecer a SPM. Nós de certa forma tivemos um*  
857 *diálogo com o público, mas ainda é muito tímido, esse diálogo tem que ter sintonia com o*

858 *tempo político das coisas, não podemos deixar o bonde passar.* Relembra a campanha feita  
859 em conjunto com a CEPIA sobre a Anencefalia em 2010, campanha pública com ampla  
860 divulgação e distribuição de materiais de divulgação, e convida todo o CNDM a ter uma  
861 posição levar apoio sobre o julgamento do dia 11.04.2012 no STF. Cabe ao CNDM falar para  
862 a sociedade novamente, pensar numa estratégia de comunicação com relação a isso. Ponto  
863 crucial é a Comissão de Juristas que estão reunidos debatendo as mudanças no código penal.  
864 A questão do aborto, abortamento é fundamental o CNDM ter uma posição levando à essa  
865 Comissão de Juristas, mesmo que não concordemos, temos que levar o apoio. Há um avanço,  
866 eles estão introduzindo a questão da saúde e não apenas do risco de vida. São momentos  
867 políticos que afetam diretamente os direitos humanos das mulheres e o CNDM tem que ter  
868 agilidade política para se manifestar, pra isso é necessário que trabalhem na base do  
869 consenso em certos princípios fundamentais. Propõe que no calendário de atuação do CNDM  
870 incluamos a atuação mais pública do CNDM. São ações que constroem identidade do CNDM  
871 como um órgão de vigilância, como fazer? Criar Comissão? **Justina Cima** (MMC) Em  
872 relação ao Papel do Conselho deixa claro que a SPM é parte do Governo e Conselho não é  
873 parte do Governo. Conselho é controle social e tem que cumprir seu papel independente da  
874 SPM. Discorda do debate do conservadorismo pra associar a resultados eleitorais – é preciso  
875 ter uma leitura mais ampla e qual o modelo de sociedade queremos. Conselho não é espaço  
876 pra garantir resultado eleitoral. **Conselheira Sueli Batista (BPW)** Conselho veio do resultado  
877 dos movimentos sociais e feministas que foram fortes e cada qual deixou seu legado –  
878 principalmente na questão da autonomia. Conselhos estaduais e municipais quando estão  
879 presididos por representante de Governo não tem a flexibilidade observada no Conselho  
880 Nacional, é muito difícil os movimentos de mulheres conquistarem seus direitos quando tem  
881 alguém ligado à partidos políticos ou aos Governos (Estadual e municipal). Não há  
882 comunicação entre os conselhos nas instâncias. É preciso fortalecer esse canal. **Conselheira**  
883 **Maria das Dores (AMNB)** reforça a fala da Conselheira Sueli, há um distanciamento entre a  
884 SPM e os estados com relação aos conselhos. Na instância Federal existe um monitoramento  
885 do Plano e o resultado que não chega aos Estados e municípios. Sugere que se façam reuniões  
886 do CNDM descentralizadas, indo aos Estados e regiões levando como funciona a dinâmica do  
887 Conselho Nacional que a ponta desconhece. **Conselheira Nelita Frank (AMB)** Fala sobre a  
888 necessidade de reativar as Câmaras Técnicas e para além da agenda de reuniões sugere que  
889 seja estabelecido temas que são importantes para ao longo do que a conjuntura está apontando  
890 ter um mecanismo de poder aprofundar esses temas nas Câmaras Técnicas, como por  
891 exemplo, o que a Conselheira Jacqueline colocou sobre a questão do Grupo que discute  
892 Código Penal e esse ser discutido pela Câmara Técnica de Normas e Legislação. O espaço do  
893 CNDM não deve ser confundido com o espaço da SPM. Conselho SPM tem uma ação, um  
894 direcionamento, é órgão de Governo, tem a condução da política de governo. O CNDM tem  
895 outra natureza, é de natureza política, tem função de órgão colegiado, de controle social. Essa  
896 relação precisa ser aprofundada, mas que cada um tenha muito bem definido qual é o espaço e  
897 até onde vai a atuação de cada uma das instâncias. O Conselho precisa ter posição autônoma,  
898 mesmo nas questões polemicas. Não pode ter excusa e precisa ser no tempo político. No  
899 cenário internacional – (sobre o conservadorismo que implica uma relação de mudança de  
900 cultura na sociedade), é preciso que o CNDM seja alimentado para a articulação das relações

901 internacionais e nas relações nacionais, tanto no campo político institucional, quanto no  
902 campo político dos movimentos sociais – como ir além dos movimentos gerais e dar a  
903 visibilidade? O CNDM tem que estar na pauta política, tem que estar na ordem dos debates  
904 políticos e estar respondendo as demandas que fortalecem o diálogo com a sociedade.  
905 **Conselheira Claudia Prates (MMM)** sugere a divisão no país e assim as conselheiras  
906 possam se dividirem para acompanhar outros Estados e regiões. Que o funcionamento das  
907 Câmaras Técnicas sejam mais ágeis. Fala sobre o Fórum da Palestina no final do mês de  
908 novembro e que esse debate já devia estar circulando entre as conselheiras. Sugere tirar uma  
909 Comissão do Conselho para participar da Rio+20. **Conselheira Suplente Fernanda Tansini** -  
910 Ministério das Relações Exteriores / MRE – fala sobre a comunicação e as redes sociais –  
911 forma mais fácil de comunicação do CNDM com os municípios e estados. Sugere a criação de  
912 *Twitter* e *Facebook* para melhorar essa comunicação dando visibilidade para essa relação  
913 CNDM/SPM/Sociedade. **Conselheira Graça Costa (MAMA)** fala sobre a relação  
914 CNDM/SPM e aponta duas questões: Tarefa do Controle Social e que os resultados da  
915 Conferencia Nacional que atualizou o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres chegue na  
916 ponta e que essas políticas sejam efetivamente implementadas. Dar condições para que o  
917 Conselho possa aceitar os convites que são feitos para participar nos Estados para fortalecer o  
918 debate das políticas para as mulheres nos municípios e nos conselhos que na grande maioria  
919 não funciona. A iniciativa de trazer as parlamentares para falar sobre a CPMI foi um bom  
920 exemplo, foi fantástica essa agenda. Cita as propostas de agenda já colocadas como o Debate  
921 sobre a Reforma Política e Código Penal. **Conselheira Rosane Silva (CUT)** propõe que a  
922 cada reunião do Conselho pudesse fazer um debater programático de cada um dos Grandes  
923 Eixos que foram discutidos na Conferência e conferir como está a implementação desses  
924 Eixos nos Estados e nos municípios e como fazer, enquanto Conselheiras, através das suas  
925 organizações, para impulsionar para que essas políticas sejam implementadas. **Conselheira**  
926 **Rosa de Lourdes (RNFS)** referenda a fala da Conselheira Graça vinculada ao Plano, mas que  
927 é preciso acompanhar se os Estados e municípios elaboraram seus planos e que o CNDM deve  
928 ajudar os que já elaboraram. Pensando na descentralização das reuniões do CNDM, propõe  
929 colocar interlocutoras nas regiões, tendo como referencia de reflexão maior, o PNPM. Em  
930 relação às Câmaras Técnicas propõe que as Presidentas dessas Câmaras tenham poder de  
931 decisão referendado, respaldado e legitimado pelo Pleno para agilizar determinados assuntos  
932 em contato com a Secretaria Executiva junto com a Presidenta do Conselho e com isso  
933 operar as finanças, e também poder contribuir com as ações da SPM junto com as  
934 decisões do Pleno, na implementação das políticas. **Conselheira Clara Charf** “*cada pessoa*  
935 *que compõe o Conselho tem um campo de ação e de influencia, e questiona qual é o raio de*  
936 *ação que tem o Conselho em cada momento, ou seja, qual é o poder que tem cada*  
937 *conselheira, onde ela exerce influencia, onde ela foi indicada, onde ela mora, pra ver qual é*  
938 *o poder que tem cada conselheira em termos de ajudar o conjunto da SPM, porque a*  
939 *Ministra sozinha não pode fazer nada, ela depende de apoio, qual é o grau de*  
940 *responsabilidade que tem cada uma das mulheres que está aqui nesse Conselho que eu*  
941 *respeito a todas, pra gente saber o que pode fazer e o que não pode fazer, temos vontade*  
942 *fazer tudo, mas não podemos.*” Qual é o poder de intervenção do Conselho, qual é o poder do  
943 Conselho, até onde ele tem poder e até onde ele não tem. O discurso das conselheiras tem que

944 estar em sintonia com todo o conjunto. **Ministra Eleonora Menicucci** fala da composição  
945 mista do Conselho (Organizações e Ministérios) e portanto em algumas pautas há de haver  
946 consenso e em outras não. Como atuar nisso? Discorda da fala da Conselheira Jacqueline  
947 quando ela fala de bastidores e palco. O apoio, a força e a sustentação que o Conselho dá para  
948 a SPM não são de bastidor, ela é pública. O Conselho tem uma obrigação política de se  
949 manifestar nas questões emblemáticas, não perder o time. Cita como exemplo: no caso do  
950 julgamento da anencefalia a SPM, após o julgamento irá se manifestar. Questiona sobre o  
951 porquê do CNDM, da sociedade não ter se manifestado no caso da “*absolvição do estuprador*  
952 *pelo STJ, foi uma barbaridade só quem se pronunciou, nem sociedade se pronunciou, foi a*  
953 *SPM e a SDH e que pedimos reversão da pena. Era o caso da sociedade civil ter se*  
954 *manifestado e até esse Conselho, era obrigação desse Conselho, do ponto de vista político ter*  
955 *se manifestado”* Cita também o caso do “*estupro como de presente aniversário*” em  
956 Queimadas na Paraíba que só os órgãos de governo se manifestaram. Pede agilidade do  
957 CNDM e se compromete com: 1) o Conselho será informatizado; 1) todas as reuniões serão  
958 online; 2) todas as conselheiras terão um computador (licitação). Fala sobre a questão da  
959 ausência da Câmara Técnica de Normas e Legislação que há muito tempo já devia ter se  
960 articulado com os Senadores que estão discutindo a mudança no Código Penal e não fez. Em  
961 relação às passagens a Ministra diz: “*quem pedir passagens com dez dias de antecedência*  
962 *pra ir num lugar que tenha justificativa dentro do marco legal, ou que a gente avalie*  
963 *politicamente de que é preciso, vai ter a passagem. É meu compromisso fortalecer a*  
964 *Secretaria Executiva e pra esse sentido estão chegando alguns DAS que solicitamos”*. Em  
965 relação às conselheiras que querem atuar nas regiões, a SPM dará os instrumentos para que  
966 isso aconteça caso seja uma decisão do Pleno. Informa que está reativando o Fórum de  
967 Gestoras. A SPM não tem como fazer reuniões com todas as conselheiras municipais e  
968 estaduais, mas o CNDM poderá ir a reuniões regionais ou estaduais. Na questão da Legislação  
969 do Código Penal que a Câmara Técnica de Legislação e Normas entre em contato com o  
970 Senado. Em relação às Câmaras técnicas, propõe que as reuniões sejam mensais e as do  
971 CNDM sejam bimensais. **Conselheira Maria Goretti** relata que na última reunião sobre  
972 Câmaras Técnicas que ocorreram no ano passado, não foi completada por faltar representantes  
973 de Governo. Propõe rodízio de reuniões do CNDM nas regiões, na questão da agenda  
974 CNDM/SPM ampliar a incidência política do CNDM no monitoramento local/Estado.  
975 Ministra Eleonora Menicucci e conselheiras definem a composição das Câmaras Técnicas  
976 ficando assim compostas: **CT Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para**  
977 **Mulheres:** Nelita Frank/AMB (Presidenta da CT), Ana Paula Crosara/SDH,Daiane de  
978 Oliveira Lopes/MEC, Elza Campos/UBM,Liliane Brum Ribeiro/MS,Maria Goretti/LBL,Rosa  
979 de Lourdes/RNFS; **CT Assuntos Internacionais:** Claudia Prates/MMMSOF (Presidenta da  
980 CT):Adriana Santos/MTE, Antonia Samir/MMA,Andrea Butto Zarzar / MDA,Fernanda  
981 Tansini / MRE,Gláucia Morelli/CMB,Gloria Percinotto /ABMCJ,Graciela Rodrigues/Inst  
982 Equit, **CT Orçamento e Planejamento:**Vera Machado/REF (Presidenta da CT),Gleidy Braga  
983 Ribeiro /SG,Graça Costa/MAMA, Maria das Dores do Rosário Almeida/AMNB, Maria do  
984 Rosário de Holanda/MPOG,Silvana Veríssimo/FNMN, **CT Legislação e Normas:**Rosane  
985 Silva/CUT (Presidenta da CT),Carmem Foro/CONTAG,Creuzza Oliveira/FENATRAD,Isis  
986 Tavares/CNTE, Magaly de Carvalho Correa Marques/Casa Civil-PR, Marilda Castelar/CFP.

987 **Sônia Malheiros** (Assessora Especial) dá um breve informe geral sobre a Rio + 20:  
988 Conferencia acontece de 13 à 22 de junho – 1º período de 13 a 15 de junho tem reunião do  
989 Comitê preparatório, entre 16 e 19 de junho tem os Diálogos para o Desenvolvimento  
990 Sustentável (painéis com 9 temas – todas as mesas constituídas somente por organizações da  
991 sociedade civil) – eventos construídos com a sociedade civil e as conclusões serão  
992 encaminhadas para os Chefes de Estados, 20 a 22 de junho Segmento de Alto Nível da  
993 Conferencia. Em paralelo a Estrutura formal da Conferencia várias atividades acontecem:  
994 **Arena Social** (Coordenado pelo MDS e envolve MMA, MDA, SEC. GERAL, CULTURA,  
995 SEPPIR, SPM, SDH – CNDM terá um espaço), **Pavilhão Brasil** (Políticas de Governo),  
996 **Cúpula dos Povos**, **Rede de Mulheres Líderes pela Sustentabilidade** (material informativo  
997 em anexo), **Fórum de Mulheres Líderes: Justiça Social e Igualdade de Gênero e**  
998 **Governança para a Sustentabilidade Ambiental** (ONU MULHERES/SPM) proposta de  
999 produção de um documento que será entregue aos organizadores da Conferencia colocando o  
1000 cunho da questão das mulheres para que esteja no documento central da Conferência. Há  
1001 também uma sugestão que aconteça uma **Mesa de Alto Nível para discutir Autonomia das**  
1002 **Mulheres e Desenvolvimento Sustentável** – ação do Brasil (SPM enquanto Presidência da  
1003 Conferencia Regional da America Latina e Caribe com a SEPAL). A SPM integra a Comissão  
1004 Nacional para a Conferência Rio + 20 – final de abril acontece a próxima reunião da mesa  
1005 diretiva da Conferencia Regional da America Latina e Caribe, com a intenção de articular  
1006 com os Ministérios de Mulheres dos diferentes países da America Latina propondo tirar uma  
1007 declaração para a Rio+20. SPM decidiu organizar em Maio dois Seminários Regionais com  
1008 tema central Rio + 20. Existe a proposta da SPM se juntar com os Movimentos Feministas na  
1009 organização desses seminários. Informa que a SECOM está puxando um plano de  
1010 comunicação da Rio + 20 mais integrada com representantes das áreas de comunicação de  
1011 diferentes ministérios e a SPM também já está discutindo uma ação integrada das  
1012 comunicações dos movimentos de redes da SPM dentro da Rio +20 no sentido de dar  
1013 visibilidade a tudo que está sendo feito na Conferencia e no entorno que tenha a ver com  
1014 políticas para mulheres e com recorte de gênero dentro do debate sobre sustentabilidade. Ideia  
1015 é fazer um boletim diário para ser divulgado via redes sobre o que tem sobre mulheres e que  
1016 circula na Rio+20. **Secretária Tatau Godinho** dá um informe sobre a PEC das Trabalhadoras  
1017 domesticas – está em dois espaços de discussão sendo encaminhadas: Comissão Tripartite que  
1018 está elaborando um parecer da Comissão para ser enviado ao Congresso em relação à  
1019 Convenção 189 da OIT em relação ao Trabalho Decente das mulheres do trabalho doméstico  
1020 e o relatório deverá ser enviado até o final do semestre. (Comissão tripartite é formada pelas  
1021 Centrais Sindicais + Confederações de Empregadores + Governo – no CNDM (CUT e  
1022 CGTB) e a FENATRAD/Creuza participa como convidada). Está em andamento no  
1023 Congresso uma PEC do Deputado Carlos Bezerra cuja relatora é a Deputada Benedita da  
1024 Silva que discute a questão dos direitos das trabalhadoras domésticas que é o debate do artigo  
1025 7º da Constituição, (direitos dos trabalhadores urbanos e rurais no Brasil). Informa que a PEC  
1026 está em andamento desde setembro/outubro, já foi adiada e está sendo adiada mais uma vez.  
1027 Representantes das Centrais Sindicais já compareceram. A Creuza que é membro do Conselho  
1028 já foi fazer seu posicionamento nas audiências da PEC e a SPM sugeriu à relatora Benedita da  
1029 Silva algumas pessoas que pudessem falar sobre a PEC nas Audiências, e acha importante o

1030 CNDM acompanhar esse debate. Conselheira Jacqueline indica Comba Marques Porto – Juíza  
1031 do Trabalho e a Conselheira Claudia Prates. Conselheira Sueli Batista dá um informe sobre a  
1032 sua participação no Fórum Internacional sobre a Mulher e Desenvolvimento Sustentável em  
1033 Beijing, China. A Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais- BPW  
1034 Brasil participa do evento a convite da All-China Women's Federation. (ver documento em  
1035 anexo). **Conselheira Suplente Isolda Dantas de Moura (MDA)** faz um informe sobre a  
1036 participação e debate do MDA sobre a Rio+20 – do dia 06 a 10 de junho realizando a Feira  
1037 Nacional da Agricultura Familiar – Marina da Glória eventos que reúne 400 mulheres  
1038 expositoras – O MDA para dar visibilidade dentro do Arena Social apresentará o Programa  
1039 Nacional de Documentação – que já emitiu quase 2 milhões de documentos e a ideia é que  
1040 esse ano chegue à 1 milhão de mulheres documentadas.(MDA considera a Porta de entrada  
1041 para a inclusão produtiva das mulheres) também programando publicação de pesquisas que o  
1042 MDA está concluindo e também dar visibilidade do que o MDA tem feito junto às mulheres  
1043 trabalhadoras rurais. **Conselheira Claudia Prates (MMM)** informa que foi feito o  
1044 lançamento da Cúpula dos Povos no Fórum Social Temático em janeiro em Porto Alegre e o  
1045 Movimento de Mulheres fez uma oficina cujo tema era “*As mulheres dizem não ao*  
1046 *capitalismo verde*” mulheres de vários lugares da América Latina fazendo o debate sobre a  
1047 fome no mundo e a fome das mulheres no mundo. Debate da produção do viver e a  
1048 sustentabilidade da vida humana no sentido de fazer esse debate sobre os bens comuns, bens  
1049 da natureza, privatização da água, debates da terra a partir da perspectiva das mulheres, da  
1050 economia feminista, o debate que será levado para a Rio+20 e no RS em maio será feito com  
1051 alguns países (Argentina e Uruguai) sobre fortalecimento da agroecologia, considerando o  
1052 trabalho produtivo realizado pelas mulheres. Sugere não esquecer o debate da divisão sexual  
1053 do trabalho sempre apontando em todos os temas. **Conselheira Graciela Rodrigues** –  
1054 Instituto Equit- Gênero, Economia e Cidadania Global, fala sobre a Cúpula dos Povos (faz  
1055 alguns relatos de problemas que estão tendo para a sua realização) que será realizada no  
1056 Aterro do Flamengo – os movimentos das mulheres estão tentando se articular para uma  
1057 grande mobilização e que acontecerá no dia 18 de junho. **Conselheira Carmen Foro**  
1058 **(CONTAG)** relata sobre a dificuldade das mulheres se manifestarem frente ao debate da  
1059 sustentabilidade, concretamente há muitas contradições. Cita alguns problemas como: PEC do  
1060 Trabalho Escravo no Congresso (que está parado), produção na história da energia – grandes  
1061 projetos, grandes hidrelétricas, produção de etanol (trabalhos precários relacionados aos  
1062 trabalhadores na área da cana-de-açúcar), código florestal, etc. Manifesta que é dentro da  
1063 Cúpula dos Povos, que é o lugar onde a sociedade poderá que produzir uma agenda, levando  
1064 para as ruas a formulação política que tem que se fazer. Há que se levar uma proposta de um  
1065 novo modelo de produção e consumo. Qual é a iniciativa que a SPM apontará enquanto  
1066 contribuição para a Rio + 20 em relação a visibilidade das mulheres na questão da  
1067 sustentabilidade. **Conselheira Nelita Frank (AMB)** fala sobre “*a injustiça sócio ambiental*  
1068 *vivenciada pelas mulheres, onde se faz os processos de destruição e as mulheres são*  
1069 *convocadas a fazer as reparações*”. **A AMB está organizando as atividades na Rio+20 com a**  
1070 **Cúpula dos Povos** e impulsionando os Comitês estaduais e a ideia de construir caravanas na  
1071 rota até o Rio de Janeiro onde tem grupos de mulheres e sindicatos em situações de conflitos  
1072 sócio ambientais para poder dar visibilidade a luta dos povos e os problemas vivenciados

1073 pelas mulheres no Brasil, a ideia é parar em cada lugar, fazer um movimento itinerante para  
1074 dar visibilidade nas principais questões. Previsto para o final de abril. **Ministra Eleonora**  
1075 **Menicucci** informa que na CSW foram feitas várias reuniões bilaterais com várias ministras e  
1076 lá a Rio + 20 não era preocupação dos Governos que lá estavam. “*A presidente Dilma colocou*  
1077 *como pauta que qualquer ministra que saia do país tem que fazer um evento sobre a*  
1078 *Rio+20.*” Foi preocupação da Presidenta com a realização de uma Conferência que colocasse  
1079 as mulheres no eixo da sustentabilidade. Ministra relata que no seminário a sua fala foi muito  
1080 contundente “*não se pode pensar em sustentabilidade nem econômica, nem cultural, nem*  
1081 *social, nem pessoal, se não tiver o corte de gênero na realidade na implementação dessas*  
1082 *ações*”. Avalia que “*se o movimento de mulheres não se mobilizar para a Rio+20 vai ser*  
1083 *muito ruim. A resposta é dada pela pressão pelo movimento social e pelo movimento de*  
1084 *mulheres. Está muito claro pelo Governo, há consenso, que não se pode pensar na Rio + 20*  
1085 *e na sustentabilidade sem considerar as mulheres em todas as suas frentes de atuação. O*  
1086 *governo brasileiro está buscando fazer , transformar a Rio+20 na magnitude que ela tem em*  
1087 *relação aos vinte anos que se passaram, no âmbito do Governo em relação à economia*  
1088 *verde e economia sustentável, não há disputa, há convergência.*” Na sua opinião o CNDM é  
1089 responsável enquanto atores - sujeitos políticos para fazer avançar a esta questão na rio+20, o  
1090 CNDM tem que dar o tom. Ministra abre um parêntese para informar que o Coordenador da  
1091 Comunicação, Nei traz a informação de que é viável a transmissão da próxima reunião do  
1092 CNDM online, está vendo as modalidades contratuais. Continuando sua fala sobre a Rio+20,  
1093 transfere para o CNDM a responsabilidade de definir linhas mestras para pautar para a  
1094 Rio+20. Propõe que a Coordenação Política do Conselho mais as presidentes das Câmaras  
1095 Técnicas se reúnam e tirar pontos para a Rio+20. Sugere que se levante qual será a  
1096 intervenção em relação às questões que não foram aprovadas na CSW, como exemplo: a  
1097 forma de organização das trabalhadoras rurais e nem os direitos sexuais (saúde) e  
1098 reprodutivos das trabalhadoras rurais. **Conselheira Suplente Liliane Brum Ribeiro–**  
1099 **Ministério da Saúde /MS** propõe que seja feito um contato com os ministérios das mulheres  
1100 da América Latina para propor um Painel sobre Avanços e Retrocessos dos Direitos sexuais e  
1101 reprodutivos das mulheres e que disso resultasse uma Agenda de interlocução entre os  
1102 Ministérios nesse sentido. Ressalta ser uma boa oportunidade de começar uma conversa mais  
1103 próxima de Governo de todos os Tratados em que somos signatários e de todos os  
1104 documentos que o Brasil assinou e se compromete. **Conselheira Marilda Castelar -**  
1105 **Conselho Federal de Psicologia / CFP** – informa que estará participando da Cúpula dos  
1106 Povos com um Seminário sobre Psicologia e a Construção do bem comum. Considera  
1107 importante e concorda com a proposta apresentada pela SPM. **Conselheira Maria das**  
1108 **Graças de Figueiredo Costa (MAMA)** – faz um comparativo sobre a ECO 90 e a Rio +20. e  
1109 faz uma pergunta: “*O que vai acontecer na Rio+20? Os países industrializados vão dizer*  
1110 *para nós, dos países emergentes, em desenvolvimento, ou subdesenvolvidos o que eles*  
1111 *fizeram e o que se esforçaram para tornar esse planeta mais sustentável? Não. Eles não vão*  
1112 *dizer.*” Declara que “*quem mora na Amazônia e que as empresas estão cada vez mais*  
1113 *próximas dos agricultores e agricultoras familiares, e que a proposta hoje que temos não é de*  
1114 *fortalecimento da agricultura familiar ali na Amazônia, ao contrário, é de transformar os*  
1115 *campos da agricultura familiar em plantio da agricultura extensiva, dos monocultivos, da*

1116 *soja e do dendê. Nesse momento o que estamos discutindo é complexo. A solução para o*  
1117 *problema do aquecimento global e do futuro para esse planeta está na economia chamada de*  
1118 *verde, onde tudo se pinta de verde, tem bolsa verde, tem tudo verde pra nos enganar? E um*  
1119 *extenso, profundo, feroz mercado de carbono que chega nos produtores e nas produtoras*  
1120 *familiares”. Não acredita que a Rio+20 irá discutir como se deve a questão ambiental e que*  
1121 *não resolverão os problemas das mulheres da Amazônia que sempre estiveram a todo tempo*  
1122 *na denuncia, no debate dos seminários e nos encontros de mulheres levavam o debate da*  
1123 *questão ambiental, mas o movimento hoje lá “está destruído”. Está preocupada com a*  
1124 *questão da campanha contra os agrotóxicos, sobre o corpo das mulheres e o corpo das*  
1125 *meninas (que não é mercadoria), mas que nesse mercado que está colocado, serão oferecidas*  
1126 *na copa e nos grandes eventos , como possibilidade de mercado. **Sonia Malheiros (Assessora***  
1127 **Especial) SPM**, coloca que a visão da Graça é realista, e que o exemplo da CSW é  
1128 preocupante (demonstra a rearticulação de um conservadorismo internacional), mas há  
1129 algumas saídas, há que se ter foco, por que é fato que as forças mais conservadoras estão se  
1130 articulando muito internacionalmente e virão para mudar, por exemplo, a questão da mudança  
1131 que querem fazer sobre uma linguagem acordada de que é desenvolvimento sustentável e não  
1132 economia verde e existe uma tendência em que se quer mudar agora no final - o termo que foi  
1133 construído com muito sacrifício na Rio +20 . O Governo tem uma posição clara de que se  
1134 deve manter a palavra “desenvolvimento sustentável”. Há que se enfrentar e pensar uma  
1135 estratégia que tenha condições de juntar e definir os pontos centrais falando a mesma coisa.  
1136 **Conselheira Vera Lucia Machado (REF)** Não se pode esquecer tudo que foi proposto na  
1137 Conferência (Eixos) principalmente quando se fala em autonomia econômica. Como se  
1138 constrói essa economia com sustentabilidade. Propõe que se faça um grande seminário para  
1139 pautar o que queremos na Rio+20. **Ministra Eleonora Menicucci** propõe que seja feito o  
1140 Seminário Preparatório sobre a Rio+20, definir os pontos que sejam os mais importantes e  
1141 para isso quer que se defina também: 1) mês, 2) Coordenação Política e 3) Câmaras Técnicas.  
1142 Composta a **Coordenação Política do CNDM**: Presidenta do Conselho e a Secretária  
1143 Adjunta, Conselheira de Notório Saber e as presidentas das Câmaras Técnicas com a proposta  
1144 de que se tenham suplentes e rodízio de um (01) ano. Conselheira Jacqueline pede um aparte  
1145 lembrando que o Movimento de Mulheres tem a tradição de elaborar documentos: Carta das  
1146 Mulheres Brasileiras para a Constituinte, Carta de Brasília para Cairo, e propõe a Carta das  
1147 Mulheres para a Rio +20. **Ministra Eleonora Menicucci** informa que nos dias 16 a 18 de  
1148 abril terá em Washington, uma Reunião Ministerial sobre a Comissão Interamericana de  
1149 Mulheres, não vai sociedade civil, está indo a Ministra e a Aparecida Gonçalves – por que a  
1150 nossa *expert* é a Leila Linhares que iria, mas está com problemas de saúde. A Ministra não  
1151 tem legitimidade e autoridade para substituir *a expert* por que não existe suplente, a figura de  
1152 suplente será discutido lá em Washington. A Reunião de Desenvolvimento e população em  
1153 Nova York do dia 23 a 29 de abril , Governo e Sociedade Civil. Iriam Lourdes Bandeira,  
1154 Sonia Malheiros e o Ministro Silvio José Albuquerque e Silva. Ministra externa o desejo de  
1155 que quer muito que o CNDM esteja presente nessa reunião, fez pessoalmente um convite a  
1156 Conselheira Jacqueline, mas essa não poderá porque já tem compromisso e coloca para a  
1157 Plenária do CNDM avaliar a indicação de uma outra conselheira com um perfil e como  
1158 Ministra poderá convidar uma (01) colaboradora e convidará a Maria Bethania Ávila. Pleno

1159 do Conselho indica a Conselheira Rosa de Lourdes (RNFS), as Conselheiras Glória e Maria  
1160 das Dores também foram indicadas como suplentes. **Sobre o Cronograma – Calendário de**  
1161 **Reuniões:** Ministra apresenta as seguintes sugestões: ser de três em três meses,  
1162 (julho/outubro/dezembro), se for de dois em dois meses (junho/setembro/novembro). Foi  
1163 aprovada a proposta de dois em dois meses: excepcionalmente a 9ª Reunião Ordinária do mês  
1164 de junho será antecipada para **29 e 30 de maio** por causa da Rio+20, a 10ª Reunião Ordinária  
1165 **será 03 e 04 de setembro** e 11ª Reunião Ordinária **05 e 06 de Novembro**. Ministra informa  
1166 que terá que se retirar para uma reunião e passa a palavra para a Profª Lourdes Bandeira para  
1167 que faça o encerramento da reunião. **Profª Lourdes Bandeira** informa que será dada a opção  
1168 das conselheiras, que moram em regiões que tenham vôos que saem de madrugada, a  
1169 possibilidade de virem na véspera, para que possam participar descansadas na Reunião do  
1170 Conselho. Lembra as conselheiras sobre a importância do envio do bilhete da passagem para  
1171 prestação de contas e que a Secretaria Executiva estará encaminhando em 10 dias a minuta da  
1172 ATA e a fala das parlamentares da CPMI. **Conselheira Rosa de Lourdes** propõe que as  
1173 Presidentas das Câmaras Técnicas se reúnam um dia antes da Reunião do Conselho. **Profª**  
1174 **Lourdes Bandeira** agradece a presença de todas lembrando que *“o esforço da Ministra é de*  
1175 *retomar o contato direto com o CNDM não só no sentido de uma formal reunião, mas no*  
1176 *sentido de uma parceria e de que o CNDM passe a estar presente ou ser representado em*  
1177 *todos os eventos que a SPM tem que conforme o que já foi aqui hoje escolhido e indicado.”*  
1178 Deu-se por encerrada a reunião.

*Lucia Irene Reali Lemos*  
Secretária -Executiva

**CNDM**  
Conselho Nacional  
dos Direitos da Mulher

Secretaria de  
Políticas para as Mulheres

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Via N1 Leste s/nº, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes  
CEP 70150-908 | Brasília-DF | ☎ (+ 55 61) 3411-4234 / 3411-4269

✉ [cndm@spmulheres.gov.br](mailto:cndm@spmulheres.gov.br)